

REVISTA

CASA COMUM

CUIDAR DE SI, DO OUTRO E DO PLANETA

Nº. **07**
OUT/NOV/DEZ 2023

Pescador. Cumuruxatiba/Bahia. Foto: Leandro Cagiano



PLANETA EM COLAPSO: A URGÊNCIA DO AGIR ECOLÓGICO

PAPO RETO

"Ser brasileiro deveria ser uma atitude de cuidado com a Terra Mãe", afirma Daniel Munduruku

Pag. 17

NA PRÁTICA

O resgate de economias populares e ancestrais para a geração de vida

Pag. 32

MOBILIZE-SE

De petições *online* ao voluntariado; da Mata Atlântica à Amazônia. Conheça causas para se engajar

Pag. 39

Acesse também
nossa revista digital



ISSN 2965-1433



9 772965 143009

04



Sumário

04 _____ EM DESTAQUE

Somos Ecologia: diante da realidade ficaremos com o catastrofismo ou o esperar?

17 _____ PAPO RETO

“Ser brasileiro deveria ser uma atitude de cuidado com a Terra Mãe”, afirma Daniel Mundurucu

21 _____ RAIQ-X

Linha do tempo: os principais marcos na luta em prol da conservação e preservação ambiental no mundo

26 _____ EM PAUTA

Educação para a conversão ecológica: como educar no contexto atual?

29 _____ EM PAUTA

“Estamos vivenciando os efeitos do aquecimento global. Isso impacta o nosso sustento”, afirma pescador

32 _____ NA PRÁTICA

O resgate de economias populares e ancestrais para a geração de vida

35 _____ EM PERSPECTIVA

Novos imaginários políticos para um mundo em catástrofe: aprendizados a partir dos feminismos ecoterritoriais da América Latina

37 _____ EM PERSPECTIVA

Laudate Deum traz à tona a urgência climática e convoca à ação política pela transição energética, pelo fim da cultura do descarte e por relações mais justas

39 _____ MOBILIZE-SE

De petições online ao voluntariado; da Mata Atlântica à Amazônia. Conheça causas para se engajar

43 _____ AGENDA DE PRESSÃO

Legislações que tramitam no Congresso expõem interesses políticos e econômicos e regem contra as novas formas de ser e estar no mundo

46 _____ CIDADANIA DIGITAL

Fake news também destroem o meio ambiente

47 _____ RETRATO BRASIL

A fotografia e a relação humana com a natureza

Expediente

Realização: Sefras - Ação Social Franciscana

Diretor-presidente:

Frei José Francisco de Cássia dos Santos

Coordenação geral da revista:

Fábio José Garcia Paes

Projeto editorial:

ES ESTÚDIOCAIS
 PROJETOS DE INTERESSE PÚBLICO

www.estudiocais.com.br - ISSN 2965-1433

Jornalista responsável: Daniele Próspero
 MTB: 39.137

Coordenação editorial: Daniele Próspero e Rodrigo Bueno

Redação: Elvis Marques, Isadora Morena, Karynna Luz e Maria Victória Oliveira

Coordenação dos canais digitais:

Maria Victória Oliveira

Produção dos canais digitais: Karynna Luz e Maria Victória Oliveira

Revisão: Marta Pachiella Martinez

Projeto gráfico e diagramação: Estúdio Oto

Conselho Consultivo: Adriana Charoux, Benilda Brito, Cristiane Faustino, Eleilson Leite, Darlei Zanon, Ismar de Oliveira Soares, Mario Campagnani, Moema Miranda, Sandra Quintela, Tatiana Scalco e Viviana Santiago.

Comitê Editorial: Fábio José Garcia Paes, Frei José Francisco de Cássia dos Santos, Frei Vagner Sassi, Frei Marx Rodrigues dos Reis, Rodrigo Zavala, Rosangela Helena Pezoti e Suemary Barros.

Parceiros institucionais: Agentes de Pastoral Negros do Brasil, Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais de Educomunicação (ABPEducom), Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced), Abong - Organizações em Defesa dos Direitos e Bens Comuns, Agenda 2030, Articulação Economia de Francisco e Clara, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Casa Galileia, Ciranda, Coalizão Direitos Valem Mais!, Coalizão Negra por Direitos!, Coalizão pela Vida!, Conferência Popular de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Escola de Ativismo, Escola Nacional Paulo Freire, Família Franciscana do Brasil, Frente Nacional Contra a Fome, Fórum Social Mundial, Franciscans International, Grito dos Excluídos, Instituto Peregrum, Movimento Laudato Sí, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Movimento Nacional de Pop Rua, Movimento Nacional de Fé e Política, Paulus Editora, Periferia Viva, Plataforma DHesca Brasil, Rede de Advocacy Colaborativo, Rede de Trabalho Decente, Rede Jubileu Sul, Rede Nacional de Primeira Infância, Rede Brasileira de Conselhos, 6 Semana Social, Via Campesina e Serviço Inter-Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia (SINFRAJUPE).

Parceiro para impressão: Paulus Social

Editorial

Tudo está interligado

Estamos num estágio irreversível de falência como planeta ou há ainda esperança de mudar o quadro emergencial em que nos colocamos? Diante desse questionamento, a Ecologia deve ser vista não como uma agenda de apêndice de nossas prioridades como humanos, mas se revela como elemento central e intrínseco à nossa própria vida e destino. Somos natureza independente das classificações científicas e históricas. Somos uma comunidade de vida, como já apontava a Carta da Terra, em 2000.

É fato que é preciso mudarmos radicalmente a nossa visão: a natureza não pode ser analisada como um elemento estático e fora do que somos. Somos esse elo da biodiversidade da vida. Por isso, é importante assumirmos que somos natureza. O clima afeta o que somos, como o que somos afeta o clima. O destino de outra vida animal ou vegetal afeta nossa existência, porque somos inegavelmente esse elo comunitário de vida.

A premissa franciscana e indígena de que “tudo está interligado” se transforma na máxima mais óbvia e reveladora para nós seres humanos contemporâneos, num contexto de extrema vulnerabilidade ambiental.

Ambientalistas, filósofos, teólogos e cientistas, há dezenas de anos, denunciam que a construção de um projeto de humanidade, sem princípios éticos de alteridade, levaria a vida a patamares de pouca possibilidade de sobrevivência e, possivelmente, à extinção. A situação ecológica drástica e dramática que vivemos é resultado da ação humana.

A atitude humana irracional e ambiciosa se potencializou diante do sistema capitalista, em que a palavra de ordem é consumir, produzir cada vez mais e lucrar. E isso vale mais do que cuidar e preservar. Essa lógica explora e mata as diversas formas de vida sem qualquer preocupação.

A partir da ecologia política, entendemos que essa ação depredatória atinge os nossos variados biomas, assim como os povos que neles vivem. Por isso, a luta pela defesa da floresta em pé, também é uma luta pela defesa da cultura e da vida de diversos grupos e etnias.

Assim, nesta edição, a Revista Casa Comum assume a complexidade de analisar o contexto atual, indo além dos dados alarmantes, e refletindo sobre as raízes desse comportamento depredador do ser humano diante da vida e sua biodiversidade, apontando também caminhos para esperar.

Temos que construir outros caminhos de produção e consumo. Não dá mais para embarcarmos em ideias sem mudança do estilo de vida para um bem-viver dos povos. Essa é a grande chave: saber a situação em que estamos e a qual chegamos é evidente. Porém precisamos agora nos converter para esse paradigma ecológico, e aprender com outras formas de vida e de organização, que não seja a humana, como nos manter no ciclo da vida, sem colapsar e destinarmo-nos para um caminho irreversível da própria existência.

Fábio Paes

Coordenador da Revista Casa Comum

Sobre a revista

A Revista Casa Comum é uma publicação trimestral de iniciativa do **Sefras - Ação Social Franciscana** em parceria com importantes atores, organizações, movimentos e redes do campo dos direitos humanos e ambiental. Além da versão impressa, o projeto se desenvolve regularmente em ambiente digital e nas redes. Acesse: www.revistacasacomum.com.br



@RevistaCasaComum

Contato

Endereço de correspondência:
 Rua Rodrigues dos Santos, 831, Brás São Paulo/SP - CEP: 03009-010
 Para contato com a redação:
contato@revistacasacomum.com.br
 Site: www.revistacasacomum.com.br

Inscriva-se para receber nosso boletim informativo com as novidades da Revista Casa Comum. Você pode fazer parte também da Comunidade Casa Comum no WhatsApp ou receber a revista impressa na sua casa.

revistacasacomum.com.br/inscreva-se

EM DESTAQUE



A tempestade cai em algum lugar no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em Goiás. O Cerrado abriga um importante reservatório de água subterrâneo. Foto: Leandro Cagiano

SOMOS ECOLOGIA: DIANTE DA REALIDADE FICAREMOS COM O CATASTROFISMO OU O ESPERANÇAR?

Estudiosos, ativistas e defensores ambientais afirmam sobre a centralidade de um pensamento ecológico para desacelerar o contexto de emergências em razão das mudanças climáticas e o colapso ambiental.

Por Maria Victória Oliveira



Eu fico chocada quando vemos a ocupação do nosso território por empresas estrangeiras para a produção de energia. Por que as usinas e parques eólicos estão vindo para o semiárido brasileiro? Nessa região, grande parte da população é negra, e o avanço das eólicas é como se dissessem: 'essa população não sabe de nada e apenas sobrevive', quando, na contramão, nós reconhecemos nosso lugar enquanto pertencentes ao semiárido. Mesmo um bioma cinzento, a Caatinga é um lugar bonito, que tem vida, tem pessoas e gente que pensa, com conhecimento de mais de 50 anos sobre esse espaço."



Foto: Arquivo pessoal

É com a voz embargada que Roselita Vitor da Costa Albuquerque, assentada da reforma agrária, coordenadora do Polo da Borborema e uma das coordenadoras da Marcha pela Vida das Mulheres e da Agroecologia, conta sobre o racismo ambiental sofrido não só por ela, mulher preta, nascida e criada no campo, mas por agricultoras e agricultores que moram e trabalham no semiárido da Paraíba. Trata-se do avanço de empresas que, uma vez no

território, não consideram o que as populações locais têm a dizer, por exemplo, sobre a instalação de torres eólicas, como é o caso da comunidade de Roselita.

Formado por uma rede de 15 sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais (STRs), cerca de 150 associações comunitárias e uma organização regional de agricultores ecológicos, o Polo da Borborema aposta na agroecologia como uma forma de criar o que Roselita chama de uma nova relação entre ser humano e natureza.



Nós reconhecemos que não vamos fazer enfrentamento, por exemplo, à seca. Vamos conviver com ela, porque a própria natureza nos ensina a construir essa nova relação. Fazer agroecologia é pensar o mundo camponês com dignidade e soberania. Acredito que todas essas situações adversas que estamos vivendo no mundo e no Brasil, com enchentes nas cidades e 12 anos de seca no semiárido, além do aumento da temperatura e do calor, vêm desse modelo de produção excludente, baseado em transgênicos e agrotóxicos, que não valoriza as pessoas e seus saberes. É um modelo que degrada a natureza e consome tudo o que pode."

Tempos de emergência

A construção dessa nova relação entre ser humano e natureza se faz ainda mais urgente diante de notícias de catástrofes recentes em diferentes partes do mundo. Se antes tínhamos tempo para reflexões, o momento atual exige mudanças de atitudes concretas.

Segundo dados do programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a Amazônia atingiu 10.049 focos de calor em 2023. Em setembro, o governador do Amazonas, Wilson Lima, decretou estado de emergência ambiental, com duração de 90 dias, uma vez que, apenas nos 10 primeiros dias do mês, foram registrados 4.717 focos de queimadas.

Ainda de acordo com o Inpe, outro importante bioma, o Cerrado, também está sob ameaça. Entre agosto de 2022 e julho de 2023, os alertas de desmatamento na região cresceram 16,5% em comparação com o ano anterior, com o índice de 6,3 mil quilômetros quadrados de vegetação destruída. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), a fronteira agrícola Matopiba – composta por partes dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – desmatou 494 mil hectares em 2023, o que representa cerca de 75% da área desmatada de todo o bioma no ano.

A água também produziu contextos de emergência em diferentes partes do mundo, com a cheia de rios no Rio Grande do Sul, principalmente do rio Taquari, em Lajeado, e a inundação na Líbia, que vitimou mais de 5 mil pessoas e deixou mais de 10 mil desaparecidas, ambas as situações no início de setembro deste ano. Segundo dados da Defesa Civil Nacional, mais de 800 mil pessoas foram afetadas por chuvas intensas no Brasil em 2022, o maior índice em 10 anos.

Ao mesmo tempo que a água inunda, a insegurança hídrica, ou seja, a falta de acesso regular e permanente à água, também representa um desafio, visto que é realidade de 12% da população geral brasileira, segundo dados do 2º

Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), que traz a mensagem: onde falta água, falta alimento. Entre lares que enfrentam a insegurança hídrica, 22,8% deles também sofrem com a insegurança alimentar moderada, número que atinge os maiores níveis na região Norte (48,3%).

Roselita cita que o Programa Cisternas no Semiárido, uma iniciativa da sociedade civil que foi transformada em política pública, ajuda a promover a autonomia das famílias e tem um impacto direto na saúde dos(as) beneficiários(as). O estudo *Climate adaptation policies and infant health: evidence from a water policy in Brazil* (Políticas de adaptação climática e saúde de crianças: evidências de uma política hídrica no Brasil, em tradução livre), da Fundação Getúlio Vargas, mostrou que, para cada semana que gestantes do semiárido são expostas ao Programa Cisternas, são somados mais dois gramas de peso no bebê que está para nascer, aumentando as chances de darem à luz crianças mais saudáveis. “Os bebês nascem mais saudáveis e essas mulheres também estão mais saudáveis, pois sabemos que elas andavam cerca de 15 quilômetros à procura de água durante uma grande seca”, aponta Roselita.

BIOMAS DO BRASIL

O Brasil é o país com maior biodiversidade no mundo e possui uma ampla gama de organismos distribuídos em seis grandes ecossistemas: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa.

- A **Floresta Amazônica** é mundialmente reconhecida como a maior reserva de biodiversidade, abrigando aproximadamente metade de todas as espécies vivas conhecidas no planeta. As extensas florestas desse bioma desempenham um papel de grande relevância na influência dos padrões climáticos em âmbito regional e global, além de armazenar aproximadamente 70 bilhões de toneladas de carbono.
- A **Caatinga** é o bioma semiárido mais biodiverso do mundo. Atualmente, cerca de 27 milhões de pessoas habitam a área original da Caatinga, e aproximadamente 80% de seus ecossistemas originais já foram modificados, principalmente devido ao desmatamento e incêndios, em um processo que começou durante o período colonial.
- O **Cerrado** é conhecido por ser a savana mais diversificada em biodiversidade em todo o mundo. Contudo, a vegetação natural do Cerrado foi gradualmente substituída por pastagens e práticas agrícolas intensivas.
- A **Mata Atlântica**, devido à sua localização na região costeira, que é habitada por mais de 50% da população brasileira, é o bioma mais ameaçado do país. Apenas



27% de sua cobertura florestal original ainda se encontra preservada.

- Em toda a extensão do **Pampa**, a intervenção humana resultou em uma uniformização na cobertura vegetal, que, em sua maioria, é utilizada como pastagem natural ou destinada a atividades agrícolas, com destaque para o cultivo de arroz.
- O **Pantanal** é a maior planície de inundação contínua do planeta. Nesse bioma, existem representantes de quase toda a fauna brasileira. Porém, tem sofrido consideravelmente com a ação humana devido à atividade agropecuária, principalmente nas regiões de planalto.

Fonte: MapBiomias – imagem e dados. Disponível em bit.ly/RCC_07_01



Seca no Lago Tefé, no Amazonas, em 28 de setembro de 2023. Foto: João Paulo Borges Pedro / Instituto Mamirauá

Todas as ocorrências são acompanhadas de notícias de ondas de calor pelo mundo. De acordo com a revista *Nature Medicine*, mais de 61 mil pessoas morreram, entre maio e setembro de 2022, na Europa, por conta da alta do calor durante o verão. No Brasil, uma onda de calor em setembro deste ano fez com que termômetros passassem dos 35°C em diferentes regiões do país.

Um estudo da organização *Carbon Plan* e do jornal *Washington Post* mostrou que, por volta de 2050, a cidade do Pará, em Belém, enfrentará 222 dias de calor intenso por ano, um aumento considerável se comparado com os 50 dias atuais, e Pekanbaru, na Indonésia, deve enfrentar 344 dias de calor extremo, que pode ser fatal ao corpo humano. O estudo mostra, ainda, que, daqui três décadas, cerca de cinco bilhões de pessoas, no mundo todo, deverão sofrer com altas temperaturas.

Esse contexto, de múltiplas ocorrências relacionadas ao clima, levou a Organização das Nações Unidas (ONU) a declarar que a Terra vive uma era de “ebulição global”.

A intervenção do capitalismo e o colapso ambiental

O fato de que todos esses acontecimentos estão interligados, por mais que distantes geograficamente, encontra sentido no âmbito da Ecologia, que tem sido amplamente debatida sob o ponto de vista trazido pelo Papa Francisco na encíclica *Laudato si'*, um documento contemporâneo que apresenta uma perspectiva visionária e crítica dos dilemas com o planeta.

Tendo sua primeira parte publicada em 2015, a encíclica aborda diferentes conceitos quando o assunto é meio ambiente, como o fato de que vivemos, todos, em uma Casa Comum, e que “a Mãe Terra, que nos sustenta e governa [...]”

clama contra o mal que lhe provocamos por causa do uso irresponsável e do abuso dos bens que Deus nela colocou.”

Para Moema Miranda, integrante do Serviço Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia (Sinfrajupe) e assessora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o documento propõe uma leitura de mundo e uma compreensão de como o sistema socioeconômico atual, o capitalismo, afeta todo o funcionamento interligado do sistema Terra.



Foto: Arquivo pessoal



A forma como o capitalismo se relaciona com o planeta na base da acumulação impede o funcionamento da base do sistema da vida, que é pautado na partilha e na comunhão. Uma minoria da humanidade, em sua forma de vida, leva a um estresse das condições de vida no planeta e causa dano para uma grande quantidade de pessoas. O desequilíbrio na relação metabólica com o planeta está marcado pela injustiça.”

No dia 4 de outubro, o Papa Francisco lançou uma nova exortação, a *Laudate Deum*, específica sobre a questão climática. No texto, o Papa sublinha a importância de que todos desenvolvam ações práticas de cuidado com a Casa Comum, especialmente os jovens, cuja sensibilidade para com a natureza é genuína, reforçando que as gerações mais novas têm direito a receber dos mais velhos o mundo com condições dignas de vida. O artigo "*Laudate Deum* traz à tona a urgência climática e convoca à ação política pela transição energética, pelo fim da cultura do descarte e por relações mais justas"; na página 37, traz uma reflexão sobre a nova exortação.

Confira também a entrevista completa sobre o tema, com o professor Luiz Marques, no site da Revista Casa Comum. Acesse: bit.ly/EntrevistaLaudateDeum



Foto: Arquivo pessoal

Assim como Moema, Felipe Milanez, ecologista político, professor da Universidade Federal da Bahia e coordenador do grupo de trabalho *Ecologia(s) Política(s) Desde El Sur Abya/Yala*, do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, afirma que muito do que se vive hoje, em termos de emergência climática, pode ser explicado pela expansão colonial e o estabelecimento do capitalismo como modelo econômico predominante, que transforma tudo em mercadoria: passível de comprar e de vender.

A interconexão de um mundo ecológico

Todo esse estado de colapso demanda um processo de mudança de paradigma, que encontra ressonância junto a um dos temas trazidos pelo Papa na encíclica, que é a necessidade da chamada conversão ecológica, definida pelo Movimento Laudato si', uma iniciativa global para inspirar o cuidado pela Casa Comum, como a "transformação de corações e mentes em direção a um amor maior por Deus, uns pelos outros e pela criação."

Moema segue a mesma linha ao afirmar que o planeta é vivo e vivente, e, por isso, à medida que os modos de vida humanos gastam mais do que retornam, afetam-se todas as condições de continuidade da vida, com um desequilíbrio do clima planetário.



Estamos vivendo um momento de colapso ecológico. As questões políticas, econômicas e sociais são crises, pois tendem a passar. Mas a situação de habitabilidade do planeta é algo muito mais profundo, e o distanciamento da natureza que a humanidade, principalmente o ocidente, construiu nos últimos séculos, chegou a um momento de colapso."

Portanto, se a emergência climática não surgiu espontaneamente, mas foi produzida por um sistema, a ecologia política, enquanto campo de estudos interdisciplinar que envolve e relaciona geografia, sociologia, política e a questão ambiental, visa questionar a naturalização de certos processos ecológicos, a história e a trajetória desse sistema que produziu a emergência e toda a problemática social e, portanto, política, envolvida.



A Mata Atlântica da Serra da Mantiqueira foi completamente transformada. Pasto, floresta de eucalipto e campo de soja dividem o mesmo espaço. Santa Rita de Caldas, Minas Gerais. Foto: Leandro Cagianio

"A conversão ecológica é uma mudança profunda e radical na compreensão de como determinadas formas de produção e consumo se tornam incompatíveis com o planeta. Ela implica um compromisso coletivo, comunitário, social, com uma nova forma de ser e de estar no mundo, em comunhão com os ciclos da vida", reflete.

Uma mudança de paradigma, entretanto, não é tarefa simples. A conversão ecológica tem uma dimensão pessoal, de mudanças individuais, mas também conta com uma dimensão sociopolítica. Nesse sentido, Moema cita compromissos e esforços de cada um, mas que também são compartilhados uns com os outros, em um sentido mais amplo e coletivo de mudança de sentidos, que vinculam as pessoas e as levam a uma comunhão.



Efeitos nas juventudes

A pesquisa *Juventudes, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas*, realizada pelo Em Movimento e a Rede Conhecimento Social, em parceria com várias organizações, mostrou que 8 a cada 10 jovens brasileiros sabem e concordam que estamos vivendo uma crise climática, e apontam meio ambiente, clima e defesa dos animais como um dos três assuntos que mais desperta interesse, principalmente entre mulheres e moradores de periferias ou favelas. Dos entrevistados, 98% concordam que esse é um tema de todos, e não só de ativistas ou povos indígenas, por exemplo.

Entretanto, além da falta de conhecimento sobre termos mais técnicos, como racismo ambiental e justiça climática, e o fato de que menos de 3 a cada 10 jovens dizem conversar com frequência sobre a temática ambiental, as mudanças climáticas e a pauta ambiental têm produzido efeitos negativos entre jovens brasileiros.

Dos entrevistados, 68% acreditam que a perda da qualidade da saúde mental é um dos fenômenos que têm ocorrido com mais frequência por conta das mudanças climáticas. O índice é maior entre jovens que residem na Mata Atlântica (75%), seguidos por jovens da Caatinga (71%), da Amazônia (69%), do Cerrado (68%), do Pampa (68%) e do Pantanal (59%).

>> Acesse a pesquisa completa em:

bit.ly/RCC_07_02

O futuro é ancestral

Na avaliação de Felipe Milanez, o caminho mais promissor para produzir avanços efetivos é o diálogo e a escuta de novas ideias, além da superação de hierarquias de conhecimento construídas no âmbito do colonialismo, abrindo espaço para a participação, por exemplo, de povos indígenas em lugares de tomada de decisão.

Isso porque o processo político de agressão à natureza sempre se deu com resistência justamente de povos indígenas. "Davi Kopenawa, xamã Yanomami, define ecologia como aquilo que não é cercado. Essa é uma leitura para pensarmos na Casa Comum, que podemos compartilhar sem essa ideia do individual, sem essas cicatrizes – as cercas – que se fazem na crosta da Terra para demarcar propriedades. Já Ailton Krenak [ambientalista e líder indígena] fala sobre a ecologia como 'estar junto', e não separar o coletivo da terra. Os cientistas não saberiam explicar o que os pajés, xamãs, povos da terra e quilombolas sentem e explicam pra gente. Tudo isso tem a ver com a terra", comenta Felipe.

Assim como o ecologista político, Moema cita que povos não cristãos, sobretudo indígenas e tradicionais, já têm essa compreensão de que a natureza é mãe, é a "pachamama" [termo utilizado por povos andinos para definir, entre múltiplos significados, a Mãe Terra] e que não existe, portanto, uma separação dos seres humanos e sua cultura da natureza.

O peso dos conflitos ambientais

A Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) produziu um caderno temático da Revista ABPN, com o tema "Racismo Ambiental e Re-existência de Territórios Negros em Todo o Mundo", que reflete sobre os efeitos do racismo ambiental. O fenômeno leva países europeus e estadunidenses, por exemplo, a descartarem lixo na África, Ásia e América Latina. Portanto, "o racismo ambiental molda a geopolítica ambiental mundial desde uma geografia dos proveitos e dos rejeitos, que transforma os países de baixa ou média renda em quarto de despejo, isto é, em 'lixeiros do mundo' inscritas no capitalismo neocolonial ambientalmente tóxico."

O racismo ambiental também se faz presente em situações emergenciais produzidas por contextos de descuido para com a natureza, como é o caso de rompimento de barragens, por exemplo. Cecilia Godoi, coordenadora da assessoria técnica Associação Estadual Defesa Ambiental e Social (AEDAS), pesquisadora negra e integrante da recém-criada Articulação de Mulheres Negras de Minas Gerais (AMN-MG), está, atualmente, coordenando um estudo de diagnóstico de racismo ambiental no caso do rompimento da barragem de Brumadinho, em 2019, analisando os efeitos na categoria denominada "atingidos por barragens".



Foto: Arquivo pessoal



Atualmente, nossa meta enquanto equipe é garantir a inserção de políticas afirmativas no processo reparatório, pensando os grupos prioritários, considerando que a maioria da população é negra e a maior parte daqueles [que sofrem] com danos agravados são mulheres negras.”

Nesse contexto, Cecília reforça a importância de uma perspectiva e abordagem decolonial, inclusive dos saberes ecológicos muito praticados por comunidades tradicionais e povos indígenas. “Existem grupos de mulheres negras quilombolas que atuam no campo da agroecologia defendendo uma ‘afroecologia’, indicando que, em diversos momentos, as técnicas agroecológicas desenvolvidas e aplicadas de modo hereditário, inclusive, são apropriadas pela branquitude no campo da academia.”

Em uma visita recente a Milho Verde, município do interior de Minas Gerais, Cecília esteve em duas comunidades quilombolas, e reforça que a vinculação delas com a proteção e valorização da natureza merece destaque. “A percepção sobre o fato de que aquele território era totalmente protegido e conseguia ter um funcionamento famosamente ecológico estava basicamente vinculada à quantidade de comunidades quilombolas na região, que é o que garante o funcionamento, a manutenção e a preservação das fontes de água, dos territórios e do campo.”

Conflitos, desigualdades e injustiças ambientais, como os casos citados, são campos de estudo da ecologia

política. Felipe cita que é o racismo ambiental que explica porque há mais lixões em territórios de maioria da população negra do que em territórios de maioria branca. Assim, a luta por justiça ambiental torna-se uma luta antirracista. “Comunidades negras e povos indígenas têm seus territórios desproporcionalmente afetados pela industrialização, pelos processos de uso abusivo dos recursos naturais e pela contaminação”, analisa.

O quilombo de São Braz, por exemplo, é uma comunidade negra do Recôncavo Baiano cercada pela exploração de recursos naturais como chumbo, pela construção de um lixão e por uma indústria de papel. “São Braz denuncia o racismo ambiental, pois é vítima dessa exploração organizada pelo racismo, que hierarquiza e inferioriza essa comunidade e acha que pode fazer tudo de ruim e torná-la chamada ‘zona de sacrifício’.”

>> Acesse o artigo produzido pela Revista Casa Comum sobre o tema: *Racismo ambiental: a resposta está nas mulheres pretas, indígenas e periféricas*.

bit.ly/RCC_E5_EmPerspectiva

Defender quem defende

Maria Bernadete Pacífico, coordenadora da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), iyalorixá e liderança do Quilombo Pitanga dos Palmares, no município Simões Filho, na Bahia, foi assassinada em 17 de agosto deste ano, na frente de três netos. Mãe Bernadete fazia parte do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH) do Governo Federal e, segundo familiares, sofria ameaças há, pelo menos, dois meses.

Para Felipe, mais do que lutar contra a exploração de madeira e a instalação de um lixão próximo ao quilombo, Mãe Bernadete representava a defesa de toda uma comunidade.



A morte de Mãe Bernadete é resultado de uma situação trágica em Salvador, que está produzindo colapso e muitas mortes. Ela era uma só, mas era múltipla, uma das maiores lideranças quilombolas do Brasil. Ela se relacionava com entidades espirituais que, no candomblé, estão presentes na natureza. O ambientalismo de Mãe Bernadete era profundamente ecológico dentro da perspectiva de que nós somos ecologia”, explica.



Mulheres em ação

Outra liderança que, assim como Mãe Bernadete, figura no PPDDH, é Cacica Cátia. Do Território indígena Tupinambá de Belmonte, na Bahia, Cacica sofre sucessivas ameaças e hoje só se desloca com escolta. Sua história é marcada por perdas e golpes: perdeu o filho, em 2014, em um acidente, até hoje, sem esclarecimentos e, em 2019, seu enteado desapareceu no caminho para a aldeia.

Em entrevista à Revista Casa Comum para o especial *Mulheres que cuidam da Casa Comum*, Cacica contou que há um desejo de pessoas em exterminar seu povo, que ocupa uma faixa de terra fértil e repleta de minérios, além de sofrer os efeitos do machismo. “É uma luta ser aceita como mulher militante e guerreira, que quer ajudar na luta em defesa da vida e do território. Precisamos ser duplamente fortes, porque vivemos em uma sociedade patriarcal e machista.”

>> Conheça o especial e veja o depoimento de Cacica Cátia e de outras quatro defensoras de direitos:

bit.ly/RCC_07_03

foram assassinados em um assentamento no Pará por contrariarem interesses de madeireiros, carvoeiros e médios e grandes fazendeiros da região.

“O Zé Claudio e a Maria entraram para a lista de ameaçados de morte no começo dos anos 2000, e só saíram em 2011, assassinados. Não basta matar o corpo, tem que criminalizar mesmo depois de morto. Na sentença que absolve o mandante do assassinato, está escrito que eles contribuíram para suas mortes. O que essas pessoas fizeram para merecer isso?”, questiona Claudelice.

Atualmente, ela é coordenadora geral do Instituto Zé Claudio e Maria (IZM), que apoia a luta por justiça, pelos defensores do meio ambiente ameaçados de morte, pela economia solidária e atua para manter viva a memória do que chama de “mártires socioambientais”.



Foto: Arquivo pessoal



Quando um defensor da sua cultura, do seu povo e do território se levanta contra esses modos predatórios de uso da floresta, isso incomoda. Enquanto ‘pedras no caminho’, essas pessoas passam por um processo de invisibilização e difamação para que, quando forem assassinadas, não haja comoção, seja simplesmente ‘mais um morreu’, como foi dito no caso de Zé Claudio e Maria no Congresso.”

De acordo com um levantamento da organização *Global Witness*, pelo menos, 177 ativistas e defensores ambientais foram assassinados no mundo em 2022. A Colômbia ocupou o primeiro lugar no *ranking* de países mais violentos, com 60 assassinatos, seguido pelo Brasil, com 34 assassinatos. Segundo a análise, a Amazônia é um dos lugares mais perigosos do mundo para defensores: são 296 mortes desde 2014.

Dom Phillips, jornalista britânico do *The Guardian*, e Bruno Pereira, indigenista brasileiro, estão entre as pessoas assassinadas em 2022 na região, que, de acordo com o MapBiomass, concentrava, em 2022, 92% das áreas garimpadas em todo o Brasil, com quase metade (40,7%) dos garimpos abertos nos últimos cinco anos.

Uma das pessoas que viu de perto as ameaças e os ataques a defensores ambientais é Claudelice Santos. Em 2011, seu irmão e sua cunhada, José Claudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo, casal extrativista paraense,

Claudelice conta que ativistas locais denominaram de “consórcio da morte” o grupo que ameaça a vida de defensores ambientais. Trata-se de uma união de representantes dos interesses econômicos que não aceitam que os povos de comunidades tradicionais tenham livre acesso aos seus próprios recursos, e, entre eles, estão figuras políticas, empresários da região, fazendeiros, garimpeiros e mineradoras, por exemplo.

Papel do Estado


Para Felipe, por mais que conversas a respeito de ampliar a política de proteção aos defensores sejam válidas, reforçar a segurança e militarizar a situação não é o caminho mais indicado. Segundo o ecologista político, é necessário investir na pacificação da região de conflito a partir de ações como demarcação de terras indígenas e quilombos, e barrar a construção de usinas, por exemplo, que produzem a violência no entorno.

Claudelice, por sua vez, avalia que o programa de proteção brasileiro é ineficaz por uma série de motivos, como a falta de orçamento necessário e de orientações técnicas, a inexistência de um recorte de gênero para defensoras mulheres ameaçadas, e, até mesmo, a falta de programas estaduais de proteção, já que apenas algumas unidades da federação contam com a iniciativa.

Organizações em prol dos defensores

Assim como o IZM, outra iniciativa que atua na pauta dos defensores ambientais é “A Vida por um Fio”, uma campanha de autoproteção das comunidades e lideranças ameaçadas, criada como resposta ao Sínodo da Amazônia, realizado em 2019, no Vaticano. Atualmente integrada por 22 organizações nacionais, a campanha foi construída a partir da parceria entre diversas organizações da sociedade civil que lutam por direitos humanos, além de pastorais e organismos da Igreja Católica.

A iniciativa aposta no que chama de “autoproteção a partir de mecanismos não violentos”, uma vez que essa estratégia trabalha a independência e autonomia das lideranças e organizações, e é formada com participação dos envolvidos.

>> Conheça a campanha: bit.ly/RCC_07_04 

Considerando que Francisco de Assis é padroeiro da ecologia, o Sefras – Ação Social Franciscana também conta com iniciativas que afirmam seu compromisso com questões e desafios socioambientais. Em uma das frentes, atua pela proteção de defensores e defensoras ambientais



Nós não somos vulneráveis. Nos fazem vulneráveis quando o Estado está ausente. Há de se fazer um diálogo maior nas universidades e na malha social como um todo sobre o programa de proteção e sobre o estado brasileiro. Se há violação de direitos humanos por parte de empresas e megaprojetos contra comunidades ou defensores, é porque o Estado é permissivo.”


A coordenadora reforça, ainda, que é necessária a vontade pública de solucionar conflitos, pois, uma vez que uma pessoa denuncia uma ameaça, há um ameaçador e, portanto, um conflito nesse contexto.



Campanha “A Vida por um Fio” realiza oficina sobre os desafios para a proteção de defensores de direitos humanos, em junho de 2023. Foto: Divulgação

e de direitos humanos da Amazônia, a partir de um mapeamento de comunidades, causas e casos de violência na região.

Na outra frente, por acreditar na importância da construção de autonomia econômica e política de comunidades ameaçadas, o Sefras integra e apoia a Rede de Fundos Comunitários Socioambientais e Territoriais pela Autonomia dos Povos da Amazônia. Em agosto, por exemplo, a Rede divulgou uma carta, durante a Cúpula da Amazônia, apontando os fundos comunitários como a melhor ferramenta para o financiamento de ações voltadas aos povos da floresta e seus territórios.

>> Saiba mais sobre a atuação: bit.ly/RCC_07_05 

>> Acesse a carta: bit.ly/RCC_07_06 

Economia da floresta em pé

Um dos principais posicionamentos de povos indígenas e tradicionais, além de todas e todos que atuam em prol do meio ambiente, é usar, de forma respeitosa e consciente, o que a biodiversidade local tem a oferecer, para, assim, garantir seu sustento e a continuidade da vida tanto humana como do ecossistema natural. Uma dessas opções é a chamada “economia da floresta em pé”.

De acordo com o estudo Nova Economia da Amazônia (NEA), um contexto de implementação de uma nova economia na Amazônia, orientado pelo desmatamento zero, expansão da bioeconomia, restauração florestal e adequação da agropecuária e matriz energética à produção de baixa emissão de carbono, levaria o Brasil, em 2050, a um Produto Interno Bruto (PIB) R\$ 40 bilhões superior ao referencial.

“As experiências que estamos realizando e acompanhando comprovam que a economia da floresta em pé pode gerar mais receita do que derrubando, além de trazer futuro, ao contrário da insistência nessa visão errada de progresso, que está nos levando a mais pobreza. Precisamos dar uma guinada na lógica de desenvolvimento, para um modelo mais igualitário e harmônico com a natureza, combatendo esse modelo de subdesenvolvimento e a cultura do ilegalismo”, afirma Caetano Scannavino, coordenador do Projeto Saúde e Alegria, iniciativa da sociedade civil que atua desde 1987 na Amazônia brasileira, promovendo e apoiando processos participativos de desenvolvimento comunitário integrado e sustentável.



De Belém a Belém

Caetano chama de “Belém a Belém” a conexão entre os dois grandes eventos que acontecem na capital paraense e colocam a pauta ambiental no centro do debate. O primeiro, a Cúpula da Amazônia, foi realizado em agosto deste ano e reuniu chefes de Estado dos oito países integrantes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA): Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

O evento resultou na Declaração de Belém, documento assinado pelos oito países, que prevê posicionamentos como evitar o ponto de não retorno da Amazônia e cobrar dos países desenvolvidos recursos financeiros para mitigar o impacto da mudança do clima. O protocolo



Foto: Arquivo pessoal

Caetano cita sistemas agroflorestais que envolvem, por exemplo, plantio e cultivo responsável de produtos como açaí e cacau, além de árvores nativas que, se bem manejadas, podem trazer recursos e segurança alimentar para a região, para a agricultura familiar e produtores. O trabalho desenvolvido pela organização, por exemplo, de recuperar roçados comunitários, contribui para o modo de vida das populações locais, ao mesmo tempo que atua na questão do reflorestamento. Tudo isso pensado em conjunto e parceria com organizações de base, usando princípios da agroecologia e bioeconomia.

“Quando as pessoas souberem que existem soluções que não são apenas desmatar para fazer pasto, ou plantar soja, ou buscar ouro, quem sabe tiramos um pouco da visão catastrófica para trazer uma visão de esperança”, comenta o coordenador, que cita, ainda, o profundo conhecimento da natureza dos povos que vivem na floresta, uma vez que ela é sua forma de sobreviver.

Morando há 35 anos na Amazônia e tendo participado de importantes espaços, como é o caso da Cúpula da Amazônia, realizada em agosto, Caetano reforça o papel fundamental de organizações da sociedade civil (OSCs) em todo o debate envolvendo meio ambiente e destaca três responsabilidades das instituições para a garantia da democracia: controle social e vigilância de órgãos públicos e privados, trabalhar a visibilidade de minorias e movimentos sociais e atuar na construção de soluções técnicas para desafios socioambientais.

recebeu críticas, entretanto, por não citar a exploração de combustíveis fósseis, não pautar metas concretas para combater o desmatamento e por não considerar diversos posicionamentos e demandas de populações locais.

Com o fim da Cúpula, Belém se prepara para receber a COP30, a Conferência da ONU sobre mudanças climáticas em 2025, dez anos depois do Acordo de Paris, assinado por 195 países comprometidos com metas de redução de emissões de gases de efeito estufa. Entretanto, a escolha da sede traz consigo alguns desafios. Estimativas apontam que a cidade precisaria quadruplicar sua capacidade hoteleira para atender os cerca de 50 mil participantes do evento.

Para Caetano, são dois anos que decidirão o século, e o Brasil pode estar à frente do debate. “O país tem uma oportunidade única de pautar, a partir do Sul Global, uma nova governança do clima, que seja mais justa, igualitária e pragmática. Precisamos discutir se queremos um desenvolvimento só para alguns e no presente, ou se para todos e para o futuro também. O governo brasileiro tem tudo para liderar esse debate global, colocando em pauta os países que mais emitiram gases até esse momento”, aponta.

>> Acesse a Declaração de Belém em: bit.ly/RCC_07_07

A vez e a hora da Ecologia

Diante da compreensão da gravidade, do tamanho e da complexidade da questão ambiental que se coloca à frente da humanidade, Moema reforça que, ao contrário da paralisia, os seres humanos devem buscar a chamada “esperança em meio à catástrofe”, termo cunhado por um estudioso do livro do Apocalipse, da Bíblia.



A esperança na catástrofe não nega a seriedade do momento que estamos vivendo, mas diz como ampliamos a margem de esperança e como ganhamos tempo enquanto alguma saída está sendo construída a partir de milhares de pequenos atos de generosidade, de solidariedade e de comunhão com a terra. Durante a pandemia isso aconteceu aos montes. Milhões de pequenos gestos que só são pequenos de uma dimensão, mas quando se articulam numa grande rede de solidariedade, eles fazem toda a diferença e são imensos.”

Roselita Albuquerque, citada no início da reportagem, por sua vez, relata como centenas de agricultores estão arborizando suas propriedades em uma lógica de não apenas tirar da natureza, mas, a partir de um novo olhar sobre sua propriedade e comunidade, desenvolver uma relação de complementaridade com o ambiente. “São formas solidárias e ecológicas de construirmos esse mundo rural a partir da relação harmoniosa com a natureza. Se não existir mais Cerrado, Amazônia ou Caatinga, não existiremos nós. É uma questão de vida que nos faz compreender que a luta tem que ser coletiva e integral.”



Fique por dentro

- Amazônia bate recorde e atinge mais de 10 mil focos de calor em 2023. bit.ly/RCC_07_08
- Em 12 meses, desmatamento sobe 16,5% no Cerrado e cai 7,4% na Amazônia, mostra Inpe. bit.ly/RCC_07_10
- Desmatamento no Matopiba já derrubou 494 mil hectares de Cerrado desde janeiro. bit.ly/RCC_07_11
- Podcast As Árvores Somos Nozes 84 – Cerrado pede socorro. bit.ly/RCC_07_12
- 890 mil pessoas foram atingidas por desastres ligados à chuva em 2022, maior número em 10 anos bit.ly/RCC_07_13
- 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19. bit.ly/RCC_07_14
- Programa Cisternas ganha prêmio como uma das políticas públicas mais relevantes no combate à desertificação. bit.ly/RCC_07_15
- Heat-related mortality in Europe during the summer of 2022. encurtador.com.br/oFP18
- Estudo mostra que cidade do Brasil terá 6 meses de calor beirando os 50°C. bit.ly/RCC_07_16
- Encíclica *Laudato si'*. bit.ly/RCC_07_17
- Exortação apostólica *Laudate Deum*. bit.ly/RCC_07_18
- Por que uma ecologia política? bit.ly/RCC_07_19
- O que é conversão ecológica? bit.ly/RCC_07_20
- Pesquisa *Juventudes, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas*. bit.ly/RCC_07_02
- Caderno Temático: *Racismo ambiental e re-existência de territórios negros em todo o mundo* bit.ly/RCC_07_21
- Estudo *Quem precisa de justiça climática no Brasil?*, do Observatório do Clima. bit.ly/RCC_07_22
- São Braz: Uma comunidade quilombola cercada de conflitos ambientais. bit.ly/RCC_07_23
- Entre 2012 e 2022, quase 2.000 defensores da terra e do meio ambiente foram mortos por proteger o planeta. bit.ly/RCC_07_24
- Amazônia concentra mais de 90% do garimpo no Brasil. bit.ly/RCC_07_25
- Instituto Zé Claudio e Maria. bit.ly/RCC_07_26
- *Nova Economia da Amazônia*. bit.ly/RCC_07_27

Vozes em ação

Por Beatriz de Oliveira,
do Nós, mulheres da periferia

Jaciara Borari atua pela defesa de seu território e traz à tona a luta das juventudes



Foto: Arquivo pessoal

Boa parte das atividades de que Jaciara Borari participa em seu dia a dia estão profundamente ligadas ao ativismo ambiental. Aos 28 anos, a jovem indígena do povo Borari, reside em Alter do Chão (PA) e estuda Antropologia na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa).

Ela integra a Associação de Mulheres Indígenas Suraras do Tapajós, organização que combate a violência contra mulheres indígenas da região, promovendo acolhimento, programas de capacitação e autonomia financeira por meio de oficinas.

A associação conta também com um grupo de carimbó que, por meio da música, ecoa mensagens sobre os direitos dos povos indígenas e a importância do cuidado com os territórios. Jaciara é uma das integrantes do grupo, que já se apresentou em festivais nacionais de música e lançou o álbum “*kiribasáwa Yúri Yí-tá - A Força Que Vem Das Águas*”, em 2021.

A jovem afirma que não pode precisar exatamente quando passou a se nomear como ativista ambiental, pois a preocupação com o território está sempre presente em toda a sua trajetória. “Desde que me entendo por gente, meu pai e minha mãe faziam essa defesa dos territórios, dos rios, contra a especulação imobiliária. Eu fui aprendendo com eles”, relembra.

Foi por meio da organização Engajamundo que Jaciara aprendeu técnicas de ativismo e compreendeu a importância da participação das juventudes em espaços de tomada de decisões. A organização reúne uma rede de ativistas por todo o país.



Nós, jovens, não somos levados a sério em vários espaços, mas sabemos que nossa luta é válida, principalmente para que possamos ter um agora e um futuro melhores”, afirma.

Atualmente a ativista está se preparando, juntamente com outros jovens da organização, para participar da COP28, a Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas, que ocorrerá nos Emirados Árabes no fim deste ano. “É importante estar em conferências como essa, porque se não estivermos lá, continuarão falando por nós, sem nós”, pontua.



Foto:
Arquivo pessoal

Crime ambiental despertou Mikaelle Farias para a urgência do ativismo

Em agosto de 2019, apareceram as primeiras manchas de petróleo em praias do nordeste brasileiro, marcando o início do maior crime ambiental causado por vazamento de petróleo da história do país. Nesse momento, Mikaelle Farias, moradora de João Pessoa (PB), despertou para a urgência do ativismo ambiental. “Eu vi o impacto aqui no meu território e isso me chocou muito. Era início do governo Bolsonaro e não houve ação eficaz para mitigar aquele evento”, conta.

Mikaelle iniciou então uma jornada de pesquisa sobre questões ambientais e se aprofundou nos temas das mudanças climáticas e do racismo ambiental. Atuou, por um período, como voluntária do Greenpeace Brasil, organização ambiental, e, logo depois, ingressou no *Fridays for Future*, movimento mundial de jovens pelo clima, também conhecido como Greve Global pelo Clima.

Sua escolha de cursar a graduação em Engenharia em Energias Renováveis foi guiada pelo ativismo ambiental. “Eu comecei a dar um norte melhor para o que atuava

dentro do ativismo, então, hoje minha ação perpassa pelas questões de racismo ambiental e de uma transição energética justa pensando o Nordeste como centro dessas discussões”, diz.

Antes mesmo da educação formal, foi sua avó, membro do povo cigano, quem transmitiu a importância de lutar por uma causa. “Ela me passou muito essa questão de luta e ancestralidade do povo”, pontua.

Lutar contra as mudanças climáticas e presenciar os efeitos do aquecimento global frequentemente gera frustração para a ativista. “Temos que bater de frente com uma cadeia de inúmeros sistemas para conseguir que os avanços de fato aconteçam. Quando a gente bate de frente, isso acaba atravessando muito os nossos corpos. É difícil lidar com as frustrações. Quando voltei da COP27, realizada ano passado no Egito, fiquei meses abalada e tentando me recuperar.”



Precisamos realmente de uma revolução em todo sistema para que as pessoas despertem para a urgência das mudanças climáticas”, convocou.

PAPO RETO

“SER BRASILEIRO DEVERIA SER UMA ATITUDE DE CUIDADO COM A TERRA MÃE”, AFIRMA DANIEL MUNDURUKU

Em entrevista à Revista Casa Comum, o professor e autor de mais de 60 livros comenta sobre como a ancestralidade pode oferecer respostas para o futuro do planeta.

Por Maria Victória Oliveira

Devido a sua profunda conexão com a natureza, os povos indígenas têm um vasto conhecimento acerca dos processos naturais fundamentais para a continuidade da vida. Em seu TEDxAmazonia, o cientista e pesquisador Antonio Nobre conta sobre como Davi Kopenawa, escritor, xamã e representante dos Yanomami, relatou que o espírito da floresta havia contado ao povo que, sem mata, acaba a chuva, uma descoberta até então recente para o grupo de pesquisadores, mesmo com seus computadores modernos.

Trata-se de uma relação de respeito, coexistência e comunhão com a Mãe Terra. Os povos indígenas entendem que é possível viver do que a natureza dá, sem que, para isso, seja necessário destruí-la, como têm feito nações desenvolvidas, de maioria da população branca, com sua ideia de progresso e de desenvolvimento.

É nesse sentido que Daniel Munduruku, paraense, pertencente ao povo indígena Munduruku, professor e autor de mais de 60 livros, muitos deles dedicados ao público infantojuvenil, e vencedor do Prêmio Jabuti, fala sobre o que chama de uma pedagogia do pertencimento, ou seja, a compreensão de que o povo brasileiro, com sua diversidade e miscigenação, pertence a esse território rico e abundante e que, portanto, é sua missão, dever e responsabilidade cuidar dele.

A Revista Casa Comum conversou com Daniel para compreender como é possível, a partir da perspectiva de povos indígenas, repensar caminhos em uma tentativa de reverter o processo de destruição do planeta. Confira a seguir.



Foto: Agência Ophelia - Itaú Cultural

>> Confira outras matérias produzidas pela Revista Casa Comum que destacam iniciativas em que as juventudes brasileiras se engajam em projetos em prol das causas socioambientais:

- O que os jovens ativistas têm a dizer em defesa do meio ambiente: bit.ly/RCC_3_EmPauta1
- O futuro das juventudes brasileiras em uma carta: bit.ly/RCC_07_28

Revista Casa Comum: No âmbito da pedagogia do pertencimento, você fala que foi embutido em nossas cabeças que “o legal é ser o outro”. O que engloba, então, esse movimento de ter orgulho de quem somos, enquanto povo brasileiro?

Daniel Munduruku: Essa reflexão que tenho feito é sobre a necessidade de criarmos uma pedagogia que parte da nossa ancestralidade brasileira, ou seja, dos indígenas e das culturas africanas. É uma forma de nos encontrarmos enquanto povo, enquanto cultura, e termos orgulho daquilo que somos efetivamente. Essa miscigenação, que é fundante da nossa nacionalidade, tem sido muito desprezada por conta de um discurso hegemônico, que prefere que a gente seja o que nos colonizou, porque ainda temos a ideia de que o colonizador é superior ao colonizado.

Há uma necessidade de reconhecermos a diversidade que mora na gente, e valorizar os aspectos positivos que nos tornam brasileiros, mais do que os negativos. Um deles, sem dúvida, é o nosso lugar de pertencimento na cultura indígena, que tem muito a ver com a ideia de que nós somos parte desse grande território chamado Brasil, e que é importante tomar conta dele, valorizar nossas riquezas, o nosso patrimônio material, imaterial, histórias, tradições e tudo aquilo que o colonizador chama de folclore, mas que, para nós, é a realidade que se impõe.

Revista Casa Comum: A pedagogia do pertencimento também diz respeito ao pertencimento ao meio ambiente, enquanto todos como parte da natureza? Esse é um caminho para resgatarmos nossa relação de cuidado com a Casa Comum?

Daniel Munduruku: Eu diria que a grande riqueza que o Brasil tem é o seu meio ambiente. Na medida em que começarmos a pensar o território como parte de nós, naturalmente vamos ter um cuidado com esse lugar. Para o indígena, é justamente estar em conexão permanente com todos os seres vivos. Ser brasileiro deveria ser uma atitude de cuidado com a Terra Mãe, e que, portanto, nos levaria a um comprometimento de cuidado com ela, considerando a própria pedagogia da natureza, que é a pedagogia sistêmica, da generosidade e da partilha. Se a gente conseguir, enquanto povo, pensar dessa maneira, por essa pedagogia do pertencimento, seríamos muito ricos. Uma riqueza de bens materiais, mas sobretudo uma riqueza de realização enquanto pessoas vivendo nesse planeta com data de vencimento.

Revista Casa Comum: Tivemos recentemente a Cúpula da Amazônia, que contou com uma forte mobilização de organizações da sociedade civil em pautar temas urgentes e demandas locais, inclusive com críticas à Declaração de Belém, por não contar, justamente, com as considerações das populações amazônicas. Qual a importância de trazer os povos indígenas, quilombolas e tradicionais para o centro de espaços de tomada de decisão?

Foto: Blog Daniel Munduruku



Daniel Munduruku: Não tenho a mínima ilusão de que as pessoas que dominam o poder e que teriam a possibilidade de resolver alguma coisa em direção à manutenção da Terra Mãe estão dispostas, de fato, a fazer essa mudança. Para mim, esses encontros de cúpulas são sempre “perfumarias”, uma forma performática de dizer para o mundo que estamos preocupados. Mas, quando vemos como as coisas se movimentam nos bastidores, percebemos que, na verdade, não há um interesse de mudar de atitude para além daquilo que o sistema financeiro e econômico exige.

Os protocolos que se assinam são apenas protocolos, porque o que é determinado a se fazer não está nesses documentos. Então, não faz diferença os indígenas ou a população participar. As populações consideradas minorias não são ouvidas. Todo esse escarcéu que fazemos de “vamos levar a COP para Belém, que já está se preparando”, só vai servir para criar mais problemas do que soluções, como uma Copa do Mundo, que se criam mudanças e, depois que todo mundo vai embora, tudo volta a ser como antes. Os povos indígenas teriam que estar na dianteira desse debate se fosse realmente do interesse mudar, porque se trata de uma mudança de paradigma de desenvolvimento.

Revista Casa Comum: O que seria essa mudança de paradigma a que você se refere?

Daniel Munduruku: O paradigma de hoje é considerado satisfatório. É um paradigma economicista, que vai conduzindo as pessoas e as sociedades para uma ideia de que desenvolver, crescer e evoluir é uma necessidade humana, e que precisa ter também mais recursos minerais e naturais a serem explorados para o nosso bem, para o crescimento e para o desenvolvimento. Já o paradigma indígena é o paradigma da própria natureza,

“

Há uma necessidade de reconhecermos a diversidade que mora na gente, e valorizar os aspectos positivos que nos tornam brasileiros, mais do que os negativos.

que está dizendo: o caminho não é esse. Só que como se estabeleceu que o sistema econômico que nós vivemos é o melhor, não se quer pensar em outro.

Revista Casa Comum: Como os povos indígenas conseguem ter clareza sobre a necessidade e a importância desse novo paradigma?

Daniel Munduruku: Os povos indígenas estão conectados com a natureza de tal maneira que conseguem equilibrar a experiência de vida com as suas necessidades físicas, biológicas e humanas, justamente por terem entendimento a respeito da natureza, que não é o entendimento economicista, ou de riqueza, é o entendimento de partilha. O pensamento ocidental e da elite brasileira é um pensamento de destruição, que só sabe pensar a vida a partir da produção de riqueza, que passa pela exploração da natureza. E não importa quem está protegendo a natureza, porque se isso é um empecilho, eles vão detonar aqueles que protegem.

Revista Casa Comum: Considerando que florestas protegidas por povos indígenas na Amazônia têm -2°C se comparado a áreas não protegidas, e no Parque Indígena Xingu a temperatura é -5°C se comparada ao entorno de pastagem e monocultura, porque discussões como o Marco Temporal se fazem fundamentais nesse contexto da ecologia e mudanças climáticas?

Daniel Munduruku: A discussão que os indígenas colocam é simples: nós precisamos da terra para manter o nosso modo de vida. E não apenas um pedaço de terra onde a gente construa uma casa, porque o nosso modo de vida está ligado a nossa compreensão de mundo, que por sua vez está

ligada à terra, aos rios, às nascentes, às frutas, aos animais, às nossas crenças que passam por lugares sagrados onde moram as nossas entidades. Ou seja, demarcar nossa terra não é nos dar a terra como propriedade, é nos garantir que possamos continuar acreditando naquilo que acreditamos, produzir aquilo que produzimos. E essa produção passa tanto pela manutenção do nosso corpo quanto pela manutenção do nosso espírito. Isso é demarcar a terra e garantir a sobrevivência dos povos indígenas.

Revista Casa Comum: Outro debate importante diz respeito às matrizes energéticas. Enquanto a Declaração de Belém nem ao menos citou o termo combustíveis fósseis, sabemos da expansão, avanço e exploração por parte de empresas, inclusive estrangeiras, sobre territórios brasileiros para instalação de torres de energia eólica, por exemplo, e também da ameaça da exploração de petróleo na Amazônia. Por que a discussão energética deve ir além do modelo adotado?

Daniel Munduruku: O petróleo continua sendo um dos principais produtos para destruição ambiental desse planeta. Se quisermos a continuidade da vida, precisamos pensar em como gerar energia com menos desgaste ecológico, porque qualquer tipo de energia vai ter alguma consequência para as pessoas, para as comunidades e para os seres não humanos. Agora, perfurar a Amazônia atrás de petróleo é um absurdo. É o que eu dizia: protocolos são perfumarias, porque, na prática, as coisas vão acontecer à revelia, como aconteceu [a usina de] Belo Monte. Estão impondo para o povo brasileiro uma matriz energética ultrapassada que não faz mais sentido no mundo, mas continua sendo lucrativa, e destruindo uma outra matriz energética que é a própria Amazônia, com toda a sua biodiversidade, para satisfazer os interesses econômicos de poucos.

Revista Casa Comum: O atual governo tem tomado medidas para combater ações ilegais que prejudicam o meio ambiente, como o novo Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), além de retomar a fiscalização em áreas ameaçadas. Que outras ações poderiam reforçar o compromisso do setor público com a agenda ambiental?

Daniel Munduruku: O estado brasileiro deveria se agigantar, se fazer mais presente na Amazônia, seja por meio do exército, das Forças Armadas, da Polícia Federal, da Polícia Ambiental. Se o Estado fizesse isso, iríamos perceber a diminuição das mortes dos indígenas, das perseguições de lideranças populares e de pessoas que lutam pelo meio ambiente. Mas temos visto o contrário. A questão ambiental é um tema que deveria ser prioridade absoluta em uma sociedade que quer crescer como a brasileira. Se o Brasil conseguir fazer com que o mundo volte seus olhares para esse tema e consiga “vendê-lo” sem precisar transformá-lo em consumo simplesmente, ele vai ser o país que todos nós queremos dentro dessa filosofia da pedagogia do pertencimento, porque teremos algo que o mundo precisa:

água doce, floresta, respiro, chuva. E isso tudo temos aqui, mas a incompetência dos nossos governantes, a má vontade ou talvez, até mesmo, o mau caráter acaba levando o Brasil a perder a oportunidade de se firmar como de fato protagonista na mudança climática do mundo.

Revista Casa Comum: A Amazônia e o Cerrado, responsáveis pela chuva e equilíbrio do clima global, ganham maior destaque na mídia por serem biomas fortemente ameaçados. Entretanto, a questão ambiental perpassa todos os biomas. Como é possível fazer esse alerta de que grandes cidades também são territórios ameaçados?

Daniel Munduruku: Infelizmente as nossas cidades esquecem a questão do ambiente, porque tudo gira em torno do tal do desenvolvimento, que sempre é jogar asfalto no chão e concretar as coisas. Um gestor precisaria ter clareza que não pode simplesmente derrubar árvores para colocar asfalto e achar que é compensação ambiental plantar lá no Horto Florestal. As empresas fazem isso direto com o tal do crédito de carbono. Isso não faz sentido nenhum. O que precisa ter é a busca de equilíbrio. O ser humano é natureza e precisa da natureza até para poder respirar melhor. Se estamos falando de qualidade de vida nas cidades, precisamos pensar em como os nossos parques urbanos podem funcionar como parte da gente. Um bom gestor ou gestora faria de tudo para que as pessoas usassem cada vez melhor esses espaços, trabalharia no sentido de limpar o rio que passa no meio da cidade, atuaria na questão do lixo, fazendo com que fosse cada vez mais reciclado e reaproveitado. As cidades precisam olhar a questão ambiental de uma forma integrada com o todo e criar uma política de proteção e fazer o possível para que se tenha menos asfalto e mais árvores, mais ciclovias, passeio público, praças e parques, do que automóveis e farmácias.

Revista Casa Comum: Segundo um estudo online da Plan Internacional, 98% dos 1.800 jovens entrevistados afirmaram estar preocupados com a emergência climática, mas 81% não sabem onde encontrar informações sobre o assunto. A literatura infantojuvenil pode apoiar a construção de uma geração mais consciente desde cedo para os impactos da ação humana na natureza e a importância de aprender com quem preserva desde sempre?

Daniel Munduruku: Para não responsabilizarmos a literatura ou colocá-la como salvadora do mundo, precisamos ensinar as pessoas a ler literatura e tê-la como um apoio, nunca a solução. Precisamos ajudar os nossos jovens a ler o mundo e a realidade e a buscar, nos livros, algum tipo de apoio para que possam alimentar sua esperança e desejo de transformação. A literatura indígena traz consigo essa leitura de que a natureza somos nós e nós somos a natureza. Ela questiona o tempo inteiro o *modus operandi* da sociedade. A nossa juventude precisa

encontrar motivos para fazer a revolução, que pode ser uma mudança interna, mas que pode ser também a mudança de paradigma e de modelo de sociedade. Penso que, ao escrever para a juventude, eu esteja alimentando nela essa esperança de acreditar que o mundo tem jeito, que é possível salvá-lo da destruição. Mas reafirmo: precisamos fazer das nossas crianças e jovens leitores de livros de literatura, e isso passa pela escola, pelo investimento público e pela crença do Estado brasileiro como protagonista da revolução. Fora isso, vai ser sempre uma tentativa inglória de fazer qualquer mudança.



Fique por dentro

- “Brasil precisa construir pedagogia do pertencimento”, defende Daniel Munduruku bit.ly/RCC_07_29
- Perfil de Daniel Munduruku no Instagram bit.ly/RCC_07_30
- Daniel Munduruku: “Os povos indígenas são a última reserva moral dentro desse sistema” bit.ly/RCC_07_31
- Diante da crise climática, diálogo entre gerações mostra por que o tema deve estar na escola bit.ly/RCC_07_32
- Com petróleo, futuro da Amazônia está comprometido bit.ly/RCC_07_33
- Zerar subsídio a fósseis é urgente para atingir metas de Paris, diz relatório da ONU bit.ly/RCC_07_34

RAIO-X

LINHA DO TEMPO: OS PRINCIPAIS MARCOS NA LUTA EM PROL DA CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NO MUNDO

Por Paula Piccin

A crise climática exige esforços e tomadas de decisões políticas globais urgentes, já que seus impactos afetam todos os setores, refletindo na saúde, na segurança alimentar, na economia e na continuidade da nossa vida como a conhecemos. Nações de todo o mundo têm se mobilizado para reverter o quadro e minimizar os efeitos da ação humana na natureza.

O risco de colapso planetário – e de nossa própria espécie – é discutido de forma global há mais de 50 anos.

Na linha do tempo dos principais marcos do desenvolvimento socioambiental, percebemos avanços, mas ainda engatinhamos em resoluções mais ambiciosas e com passo mais acelerado na implementação.

PÓS-SEGUNDA GUERRA

A era nuclear começa a abrir os olhos do mundo para a poluição por radiação.

1962

Com seu livro “A Primavera Silenciosa”, Rachel Carson impulsiona o movimento ambientalista alertando sobre os riscos do uso de pesticidas nos alimentos.



1972

A “Blue Marble”, foto icônica que mostra a Terra por inteiro, é divulgada. A imagem passou a ser considerada importante, pois impulsionou movimentos pela conscientização ambiental e o papel dos seres humanos na proteção do planeta.

É realizada a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo, Suécia) e criado o programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma)



“Defender e melhorar o meio ambiente para as atuais e futuras gerações se tornou uma meta fundamental para a humanidade.”

Saiba mais: bit.ly/RCC_07_124

1988

É criado o IPCC – *Intergovernmental Panel on Climate Change* (**Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas**). Desde 1990, o painel de cientistas alerta sobre os riscos para o clima das emissões dos chamados gases de efeito estufa, produzidos por queima de combustíveis fósseis e por desmatamento. Conheça: bit.ly/RCC_07_36

1987

É lançado o relatório “Nosso Futuro Comum” (Relatório Brundtland), da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Pela primeira vez é usado o termo “**Desenvolvimento sustentável**”.



1992

Acontece a **Eco-92/Rio 92** – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro (RJ). O encontro foi a maior reunião de chefes de Estado da história, teve ampla repercussão na imprensa, que passou a cobrir o tema com mais atenção, e produziu importantes iniciativas. Veja algumas delas:

Agenda 21

Instrumento de planejamento participativo em que cada país se compromete a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não governamentais e todos os setores da sociedade podem cooperar para enfrentar os problemas socioambientais. O Brasil implementa sua agenda em 1996.

Convenção do Clima (UNFCCC)

A partir de 1992, os países signatários da Convenção buscam maneiras de implementar acordos internacionais pelo Clima por meio das reuniões, chamadas de Conferência das Partes, as COPs do Clima.

Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)

Os países signatários buscam a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável da biodiversidade e a repartição justa e equitativa dos benefícios da utilização dos recursos genéticos. Os países também se reúnem em COPs sobre a Biodiversidade.

1995

Acontece a primeira COP do Clima em Berlim, na Alemanha.

1997

Na COP3, é realizado o lançamento do **Protocolo de Kyoto**, tratado internacional com compromissos mais rígidos para a redução da emissão dos gases que agravam o efeito estufa.

O **Protocolo de Kyoto** determina “responsabilidades comuns, mas diferenciadas”: todos os países têm responsabilidade de resolver o problema do clima, mas aqueles com maior responsabilidade histórica (que mais emitiram gases até hoje) e maior capacidade de lidar com o problema deveriam arcar com os maiores custos. O protocolo foi substituído pelo Acordo de Paris anos depois, mas as responsabilidades comuns são base das discussões em diversos encontros e, muitas vezes, o ponto de controvérsia na tomada de decisões.

Saiba em: bit.ly/RCC_07_37

2000

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabelece a **Declaração do Milênio** e descreve os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a serem cumpridos pelos 180 países signatários em 15 anos. Saiba quais são eles em: bit.ly/RCC_07_120



2005

Entra em vigor o **Protocolo de Kyoto**. Acontece a COP11, em Montreal, no Canadá, quando as emissões originadas de desmatamento e uso da terra também passaram a ser contabilizadas no cenário mundial.

2009

A Conferência sobre Mudança do Clima de Copenhague, COP15, na Dinamarca, reuniu 115 líderes de vários países e passou a discutir o financiamento climático.

O Brasil assume uma **redução de emissões voluntária** de 36,1% a 38,9% para até 2020 e a promessa de redução de 80% no desmatamento da Amazônia. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, em 2018, o país havia alcançado essa meta.

2007

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) recebe Prêmio Nobel da Paz.

2010

Na Conferência sobre Mudança do Clima de Cancun, COP16, foi acordada a criação do **Fundo Verde para o Clima**, principal mecanismo de mobilização de recursos financeiros dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, para atividades de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Veja mais em: bit.ly/RCC_07_39

2012

20 anos da Eco-92 e realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a **Rio+20**, que contribuiu para definir a agenda do desenvolvimento sustentável Pós-2015.

Saiba mais: bit.ly/RCC_07_40



2015

Os 193 países participantes da Conferência da ONU comprometem-se a adotar um modelo de desenvolvimento sustentável, com metas a serem alcançadas até 2030. São os **17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** (ODS), com 169 metas para áreas de importância crucial para a humanidade e o planeta. Conheça mais em: bit.ly/RCC_07_41

É firmado também o **Acordo de Paris na COP21**, na França, considerado o principal acordo mundial sobre clima. Nele, todos os países se comprometeram e estabeleceram estratégias para reduzir as emissões de gases de efeito estufa para estabilizar o aquecimento global "bem abaixo de 2°C", para ficar no limite de 1,5°C.

O acordo foi ratificado em, pelo menos, 55 países responsáveis pelas emissões de 55% dos Gases de Efeito Estufa. Esse marco foi importante para o lançamento da Agenda 2030 e dos ODS pela Assembleia Geral da ONU.

Veja o histórico desse acordo: bit.ly/RCC_07_42



Comecei a questionar a legitimidade destes espaços, pois poderíamos usar os recursos de ir a uma COP, por exemplo, para atuar nos nossos territórios. Porém, a nossa voz só é validada quando se tem acesso a estes espaços internacionais. Mas, tenho usado essa influência para atuar localmente, realizar o trabalho de base, ir às escolas públicas para debater este tema tão urgente."

Amanda da Cruz Costa, jovem conselheira do Pacto Global da ONU e fundadora do Instituto Perifa Sustentável

2016

O Brasil estabelece as suas metas para o combate às mudanças climáticas e instaura a **Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**.

2019

Em julho de 2019, o Acordo Mercosul-UE foi fechado, depois de 20 anos de negociações sem transparência e nenhuma participação da sociedade civil brasileira. Desde então, foram as preocupações com as consequências ambientais e para os direitos humanos que frearam sua ratificação. Em setembro de 2020, foi criada a Frente Brasileira Contra os Acordos Mercosul-UE e Mercosul-EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre). Saiba mais em: bit.ly/RCC_07_116

2020

A Assembleia Geral da ONU declara 2021-2030 como a **Década das Nações Unidas da Restauração de Ecossistemas**, para aumentar a restauração de ecossistemas degradados e destruídos como uma medida comprovada de combate à crise climática.



O Acordo UE-Mercosul é uma grande ameaça aos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais. Ele servirá também de estímulo à precarização dos direitos trabalhistas da população brasileira. Se ratificado, o acordo tende a pressionar ainda mais o avanço da fronteira agrícola e minerária que avança sobre os territórios tradicionais com a produção de commodities, provocando grilagem de terras, desmatamento e incêndios criminosos, o que agrava ainda mais a emergência climática."

Valéria Pereira Santos, coordenadora da Articulação das CPT's - Comissão Pastoral da Terra e Articulação Agro é Fogo

2022

Acontece a **COP15 da Biodiversidade**, que definiu as metas do marco global que vão orientar as ações mundiais pela conservação da biodiversidade até 2030.

Saiba mais: bit.ly/RCC_07_43



2023

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assina, em setembro de 2023, o decreto que institui a **Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** (CNODS), que funcionará no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República.

O Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, que publica todos os anos os **Relatórios Luz**, mostrando os avanços dessa agenda no Brasil, divulgou, em setembro, o último relatório. O documento indica que o país não avançou em 95,8% das 169 metas dos ODS. Mais de 60% estão em retrocesso, como as metas ambientais e de enfrentamento às mudanças climáticas.

Acesse: bit.ly/RCC_07_44



A área ambiental nos preocupa particularmente pelas implicações econômicas e porque sabemos que vai ser muito difícil o Brasil fazer um alinhamento do ponto de vista de negócios que sejam realmente não poluentes, e que possa chegar num processo talvez de desmatamento zero, como seria a meta do governo. Mas nós seguimos confiantes, achando que vai haver uma melhora em relação ao cenário que tínhamos no ano passado."

Alessandra Nilo, coordenadora geral da Gestos e cofacilitadora do GT Agenda 2030

RUMO A 2025

A ONU confirma a cidade de Belém, no Pará, como sede da **COP30**, a ser realizada em novembro de 2025.

EM PAUTA



EDUCAÇÃO PARA A CONVERSÃO ECOLÓGICA: COMO EDUCAR NO CONTEXTO ATUAL?

A educação ambiental tem papel fundamental e precisa transmitir valores colaborativos, escutando o que as novas gerações têm a dizer.

Por Isadora Morena

Na encíclica *Laudato si'*, o Papa Francisco faz um chamado pela conversão ecológica, definida pelo Movimento Laudato si' como "o processo de reconhecer nossa contribuição à crise social e ecológica e agir para cultivar a comunhão: curando e renovando nossa Casa Comum." Para atingirmos esse estado de conversão, essencial para a continuidade da vida na Terra, a educação se faz fundamental.

Segundo o Papa, em seu Pacto Educativo Global, "todas as mudanças precisam de um caminho educativo para fazer amadurecer uma nova solidariedade universal e uma sociedade mais acolhedora."

Esse processo educativo não se realiza apenas no ambiente escolar, na chamada educação formal. Breno Herrera, educador ambiental e gerente regional do Instituto Chico Mendes, destaca que a educação ambiental "também deve ser processada em ambientes coletivos como instituições religiosas, conselhos de políticas públicas e reuniões comunitárias."



Foto: Arquivo pessoal

Breno, que também é professor do Instituto Teológico Franciscano (ITF), em Petrópolis (RJ), e leigo na comunidade católica dos Manos da Terna Solidão (Matersol), acredita que a educação ambiental deve ser trabalhada sob a ótica do educador Paulo Freire, "que interpreta a educação como um processo político-pedagógico que visa a transformação da sociedade", explica.

Além disso, em sua visão, essa educação precisa também ter uma perspectiva franciscana, ou seja, seguir os saberes e a prática tanto do santo Francisco de Assis, quanto do Papa Francisco. Segundo ele, esses três pensadores trazem em comum a necessidade do envolvimento comunitário.

Para Breno, "nós temos que caminhar rumo à cooperação comunitária, pois não resolveremos o problema ecológico com cada um fazendo a sua parte". Nesse sentido, o educador defende que a educação ambiental vá além da conversão pessoal, da mudança dos nossos hábitos individuais, como usar menos recursos, reduzir, reciclar, cuidar da separação do nosso lixo doméstico etc., e avance para o sentido da conversão comunitária, a conversão social, ou seja, da transformação a partir da vida política em comunidade.

Como exemplo, o educador estimula que as pessoas se organizem nos seus bairros ou ocupem conselhos de políticas públicas locais. E, para que todas e todos possam atuar como cidadãs e cidadãos conscientes do seu impacto coletivo, defende um novo posicionamento das instituições de ensino.

A educação têm, portanto, a grande tarefa de trazer reflexões e práticas que visem a uma mudança uma mudança da compreensão da vida em sociedade, saindo do viés da competição, do individualismo exacerbado, do consumo intenso, que é a lógica do capitalismo, para a via da cooperação, da integração e da solidariedade, que é a lógica da ecologia.



Nós precisamos que escolas e universidades, enquanto centros de educação formal, deem esse passo adiante para evidenciar que a crise ecológica requer soluções sociais e não só soluções individuais. É importante que os educadores apropriem-se dessa perspectiva da ecologia, que vai além duma ecologia pautada exclusivamente no campo biocêntrico, no campo da biologia, mas que envolve a dimensão sociológica, a dimensão política e que interprete os danos ambientais e as eventuais soluções a esses danos para além do tecnicismo da biologia",

argumenta Breno.

Participação infantojuvenil

Está prevista para ocorrer, entre junho e julho de 2024, a VI Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA), uma realização do Ministério do Meio Ambiente e da Mudança do Clima (MMA) e do Ministério da Educação (MEC).

A conferência, que teve início em 2003, de forma pedagógica e participativa, tem como principal objetivo mobilizar crianças, adolescentes e jovens de todo o país e levá-los a refletir, discutir e propor ações e projetos no contexto da temática socioambiental, seus desafios e alternativas, no âmbito da escola, do município, do estado e do país como um todo, além de contribuir com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

É possível conferir uma série de materiais sobre as diversas conferências no site: bit.ly/RCC_07_45

Foto: Arquivo pessoal



Conexão e sentido

Seguindo esse ideal colaborativo, a psicanalista Carmen Silveira de Oliveira, consultora internacional em direitos de crianças e adolescentes, aponta para a importância das pessoas encontrarem também uma forma de conexão com os animais e com as plantas.

Carmen traz o pensamento da antropóloga e bióloga americana Donna Haraway que fala em formar parentesco, “que é justamente esta ideia bem ameríndia de que parentes são todos os que habitam aquele ambiente. Não necessariamente partindo de uma filiação biológica ou de uma filiação restrita a uma determinada espécie”. Para a psicanalista, “isso é um aprendizado importante que esta crise climática está nos trazendo, de nos levar a uma outra forma de produção do nosso humano.”

Sob o aspecto pedagógico, Carmen defende que, muito mais do que ensinar as crianças e adolescentes sobre as questões ambientais, é preciso ouvi-los. Como exemplo, ela apresenta uma pesquisa feita pelo Comitê de Direitos Ambientais da Criança na Organização das Nações Unidas (ONU), em 2022.

O formulário foi respondido por crianças de 103 países e traz duas sinalizações importantes que chamaram bastante a atenção de Carmen: “uma é de que as crianças e adolescentes reconhecem a crise climática. 88% dos meninos e das meninas que responderam esses questionários veem as mudanças climáticas como uma ameaça para o seu futuro. Ou seja, elas identificam esse risco.”

A segunda sinalização importante é a de que “eles e elas reconhecem a desigualdade desse risco, ou seja, a justiça ambiental, o racismo ambiental. Mais de dois terços dos respondentes da pesquisa reconhecem que o impacto será desigual entre as pessoas. E de que vai afetar especialmente os que vivem já em áreas vulneráveis ou aqueles que dependem diretamente da natureza.”

Carmen afirma que, a partir dessa realidade que está posta, o mais importante, no momento, é perceber como as crianças estão produzindo sentidos. É portanto, segundo ela, “mais uma escuta desses significados que estão sendo dados para as crianças”. Para isso, “a educação ambiental seguramente vai precisar ser revisada, não só, digamos, sobre os temas, sobre as atualizações de informações necessárias, como também no próprio formato”, diz a psicanalista.

Para ela, reconhecer a gravidade da situação climática não é entrar numa lógica catastrófica. “Tanto o negacionismo quanto o catastrofismo, do ponto de vista psicológico, nos levam a uma falta de ação sobre a situação. O fato é que o jogo não acabou, não tem *game over* agora. Então é hora de que a gente também, diante do que já está acontecendo, produza algumas diferenças”, ressalta Carmen.

De acordo com a psicanalista, “temos uma tarefa comum que é ‘precisamos ficar com o problema’, como diz a antropóloga Donna Haraway. Ou seja, não negar o problema, não adiar, mas precisamos ficar com este desafio. E suscitar respostas potentes.” Segundo Carmen, essas respostas além de materiais, políticas, também são da ordem subjetiva, pois “nós precisamos dar também algum tipo de acolhimento ao sofrimento psíquico que está inerente a esse processo.”

Com tom de esperança, Carmen acredita que a humanidade será capaz de promover uma intervenção possível, porque estão todas e todos aprendendo a como lidar com isso. “Acho que uma grande oportunidade que temos com esta situação dramática que se apresenta é o reconhecimento de que nós precisamos uns dos outros em colaboração”, pontua.



Para a psicanalista, **“talvez só um tempo de urgência como esse, que dá uma sacudida necessária, para que ajamos e, enfim, asseguremos este futuro que todos nós imaginamos, de solidariedade, com menos desigualdade e mais acolhimento no outro.”**



Fique por dentro

- Conheça o Pacto Educativo Global bit.ly/RCC_07_46
- Leia o Dossiê Educação, Educação Católica, Economia de Francisco e Ecologia Integral bit.ly/RCC_07_47

EM PAUTA



Baía de Guanabara (RJ). Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil

“ESTAMOS VIVENCIANDO OS EFEITOS DO AQUECIMENTO GLOBAL. ISSO IMPACTA O NOSSO SUSTENTO”, AFIRMA PESCADOR

O sangue de pescador artesanal de Alexandre Anderson, 53 anos, vem de seus avós, os quais viviam na Ilha da Madeira, situada no Oceano Atlântico e pertencente a Portugal. A luta do neto de portugueses também se dá em águas atlânticas, porém na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro.

Por Elvis Marques

Com toda essa ancestralidade na veia, a liderança, atuante na região desde 1997, considera os pescadores e as pescadoras “guardiões do ecossistema onde vivem. Onde tem faxinalenses, quilombolas e indígenas, o meio ambiente está preservado.” Em sua comunidade, Alexandre destaca duas principais problemáticas socioambientais: a poluição marinha e o petróleo.

A Baía de Guanabara é considerada a segunda maior do litoral brasileiro. Suas águas banham sete municípios: Duque de Caxias, Guapimirim, Magé, Niterói, Itaboraí, São Gonçalo e a capital Rio de Janeiro. São 380 km² que abrigam mais de três mil pescadores e pescadoras em 28 comunidades, conforme pesquisa da Associação de Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara (Rede AHOMAR), a qual é presidida por Alexandre. “É um lugar de vida, que estamos lutando para melhorar”, ressalta.

É esse senso de cuidado que sensibiliza Alexandre mesmo após 23 anos de um dos maiores desastres ambientais já registrados no Brasil: em janeiro de 2000, um duto da Petrobrás, que conectava a Refinaria Duque de Caxias ao terminal Ilha d’Água, na Ilha do Governador, se rompeu e jogou às águas da baía cerca de 1,3 milhão de litros de petróleo.

Resistência

Com 1.782 associados, a AHOMAR denuncia, desde 2007, os impactos socioambientais e as violações de direitos humanos em meio à construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), tido como um dos maiores investimentos da história da Petrobrás.

Um manifesto divulgado em 2012 pela Justiça Global aponta que, em 2009, integrantes da AHOMAR ocuparam as obras de construção dos gasodutos submarinos e terrestres de transferência de Gás Natural Liquefeito e Gás Liquefeito de Petróleo. A ação, com 38 dias de duração, denunciava que as obras inviabilizaram a pesca artesanal na Praia de Mauá-Magé. Após essa mobilização, foram sucessivos outros atos ao longo dos anos subsequentes.

Acesse o manifesto: bit.ly/RCC_07_48

Após esse período conturbado, o que antes era uma associação, se tornou uma rede. A AHOMAR tem estimulado a criação de outras associações de pescadores e pescadoras, como a Amo Pescar, composta por mulheres e LGBTQIA+. “Isso é muito interessante, pois ajuda a fortalecer a luta pesqueira e olhar para os impactos do aquecimento global, que não estamos vendo, e sim vivenciando. É algo que impacta o nosso sustento”, atesta Alexandre.

O Mapa de Conflitos, Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, produzido pela Fiocruz, elencou alguns dos principais impactos socioambientais encontrados na comunidade pesqueira: alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território, assoreamento de recurso hídrico, falta/irregularidade na autorização ou licenciamento ambiental, poluição de recurso hídrico e insegurança alimentar, além dos casos de violência física.

Fique por dentro

- Confira o Mapa de Conflitos, Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil da Fiocruz. bit.ly/RCC_07_49
- Veja o programa *Voices dos Biomas - Baía de Guanabara*. bit.ly/RCC_07_50
- Saiba mais sobre o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH). bit.ly/RCC_07_51

Marco temporal versus tradicionalidade

A Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR) estima que existam aproximadamente 1.500 comunidades de fundo e fecho de pasto na Bahia. Segundo a organização, essas são “populações descendentes de indígenas e quilombolas que, há séculos, ocupam áreas comuns para criação livre de animais de pequeno porte, colheita de frutos e plantio de roças, preservando fortes laços de relacionamento cultural, familiar e compadrio.”

Aryelle Almeida, assessora jurídica da AATR, explica que essas populações são fundamentais para manter o Cerrado e a Caatinga em pé. “No oeste da Bahia, no município de Correntina, o Cerrado permanece preservado onde há comunidades tradicionais. Inclusive, essas áreas são onde o agronegócio mais almeja, seja para colocar [ilegalmente] suas áreas de preservação ambiental, seja para expandir sua produção. No ano passado, apenas na comunidade Vereda da Felicidade, ocorreu um desmatamento de 2.200 hectares, o que acarretou o fim de uma nascente de água.”

A organização aponta que, apesar da relevância histórica, social, cultural, territorial e de serem reconhecidos como guardiões dos dois biomas, os fecheiros têm sofrido com a apropriação ilegal de terras de uso comum, secamento de nascentes e rios e violência contra lideranças comunitárias em decorrência da expansão do agronegócio e de empreendimentos predatórios que avançam nos territórios tradicionais.

Uma vitória importante para a regularização dos territórios desses povos tradicionais vem do Supremo Tribunal Federal (STF): em setembro de 2023, por maioria dos votos, a corte decidiu pela nulidade do marco temporal, o que, de acordo com a AATR, violava o direito ao autorreconhecimento.



Comunidades de fundo e fecho de pasto de Capão do Modesto, no oeste da Bahia. Foto: Morgana Damásio/Acervo AATR



Alexandre Anderson. Foto: Estefânia Uchôa/CMADS - Câmara dos Deputados



Eu vejo o mar como a minha casa. Muitos pescadores vivem mais nas águas do que na terra. Temos uma relação amorosa e cultural com o mar. A gente chora ao ver um mangue desmatado ou poluído, e não é pela questão financeira, mas sim pela degradação da vida”, contextualiza Alexandre.

Mortes e exílio

E foi essa inspiração, em defender o modo tradicional de vida dos pescadores, de respeito ao meio ambiente e ao ofício de tirar o sustento das águas, que já rendeu incontáveis conquistas, conflitos e perdas, inclusive humanas, para a AHOMAR.

No dia 22 de maio de 2009, Paulo César dos Santos, tesoureiro da associação, foi assassinado com um tiro na cabeça. Ele estava junto com a esposa e seus filhos no momento do crime. Em 2010, Márcio Amaro, membro fundador da AHOMAR, foi morto a tiros em casa.

Dois anos depois, foram mortos os pescadores e membros da associação João Luiz Telles, conhecido como Pituca, e Almir Nogueira. O corpo de Almir foi encontrado junto ao barco submerso, em Magé (RJ). Já Pituca foi localizado com os pés e as mãos amarrados, em São Gonçalo (RJ). Antes de serem mortos, ambos já haviam sido ameaçados.

Alexandre, por denunciar os impactos socioambientais e a morte de seus companheiros, foi e continua sendo ameaçado de morte, tendo de ser acompanhado pelo Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH). Em 2013, ele e a família precisaram ser retirados da comunidade, por sete anos, devido ao aumento das ameaças, atentados e arrombamento da sede da AHOMAR e da casa da liderança. “Foi um exílio”, conta.

NA PRÁTICA

O RESGATE DE ECONOMIAS POPULARES E ANCESTRAIS PARA A GERAÇÃO DE VIDA

Em contraposição à ideia de Economia Verde pregada pelo mercado, comunidades brasileiras se organizam em torno de projetos colaborativos e sustentáveis.

Por Isadora Morena



As mulheres do projeto Flores de Ximenes em Barreiros (PE).
Foto: Rafaela Vasconcelos/Ascom IFPE

Como resposta à crise socioambiental enfrentada globalmente, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) lançou, em 2008, a Iniciativa de Economia Verde (GEI, na sigla em inglês), com o intuito de motivar governos a desenvolverem projetos e programas ditos economicamente sustentáveis.

Apesar de a "Economia Verde" ser definida pelo Pnuma como "aquela que resulta na melhoria do bem-estar humano e na equidade social, ao mesmo tempo que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica", não se pretende com ela alterar os modos de produção e consumo do atual sistema, o capitalismo.

O termo, popularizado na Rio+20, pelo contrário, corresponde a um processo de financeirização de bens comuns – como a qualidade do ar, do solo e da água. Por exemplo, temos os créditos de carbono, que dão a liberdade de grandes empresas e nações poluírem, com a realização de ações de compensação ambiental, promovidas geralmente em territórios periféricos do planeta. Os créditos criaram um novo mercado, o de venda de "ativos verdes".



Ciclo Formativo "Polinizando a Economia de Francisco e Clara na Amazônia", da Casa Amazônica de Francisco e Clara. Foto: Diego Aguiar

Em contraposição a essa nova roupagem do capitalismo, surgem diversas iniciativas propondo novas economias. Não dá para pensar num novo estilo de vida sem um novo modelo de cultivo, produção e consumo. Por isso, construir novos modelos e sistemas econômicos é prioritário nesse contexto ambiental atual.

No Brasil, desde o chamado do Papa Francisco pela Economia de Francisco, um novo pacto econômico a partir de uma ecologia integral, vêm se constituindo as Casas de Francisco e Clara, espaços de discussão e ação local com o intuito de fomentar "economias solidárias, ecológicas, circulares, regenerativas, colaborativas em que todos caibam", como afirma a Articulação Brasileira da Economia de Francisco e Clara (ABEFC), em seu documento orientador.

A primeira Casa de Francisco e Clara criada no Brasil foi em Florianópolis (SC), a partir do trabalho do Instituto

Vilson Groh (IVG), desenvolvendo uma moeda social para a comunidade de Monte Serrat. Com a moeda social, a comunidade realiza compras coletivas de alimentos.

Nessa iniciativa, as pessoas que podem contribuir doando o seu dinheiro em reais, o que gera uma compra coletiva. Os alimentos são distribuídos também para os que não conseguiram ajudar financeiramente na compra. Isso é possível porque em grande quantidade os alimentos são adquiridos de forma mais barata.

"A moeda social tem um atrativo formativo. Por meio dela, que não é a moeda do capital, mas sim da solidariedade, as pessoas conseguem compreender que existe um problema nesse sistema econômico atual e existem fórmulas de a gente construir novas formas de economia popular, solidária, coletiva e comunitária", afirma Eduardo Brasileiro, integrante do Secretariado da Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara.

A mais recente Casa de Francisco e Clara fica em Manaus (AM). Ela é fruto da mobilização de religiosas e de integrantes da Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM). Com sede própria, doada por uma congregação religiosa, a Casa tem atuado em duas frentes: a agroecológica e a formulação política.

Segundo Eduardo, nesse projeto, "a agroecologia terá duas finalidades, uma formativa – de compreender como a gente se relaciona com os alimentos, como produz – e, também, a de ajudar as comunidades do entorno que possam usufruir do que será produzido nessa Casa, que consideramos a principal."

Outro aspecto é que a Casa seja um espaço de debate sobre a economia para a Amazônia a partir dos seus povos, em especial dos povos originários, pensando quais os debates econômicos que estão influenciando o futuro da floresta e da região. Esse grupo pretende se fortalecer para pautar a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), a ser realizada no Brasil em 2025, em Belém, no Pará.

Há outras Casas de Francisco e Clara espalhadas pelas cinco regiões do Brasil, como nas cidades de Brasília (DF), Recife (PE), Curitiba (PR), São Paulo e Campinas (SP). Cada uma realiza uma prática diferente, como feiras agroecológicas e cozinhas solidárias. Em julho e agosto de 2023, todas essas iniciativas se reuniram na Escola de Articuladores e Articuladoras da Economia de Francisco e Clara. O espaço foi de formação e, também, de imersão na experiência de cada território com o objetivo de inspirar a criação de novos projetos em outras localidades do país.

Segundo Eduardo, "a Casa de Francisco e Clara não é necessariamente um espaço físico. Ela pode ser um salão comunitário, um espaço de igreja, uma sala de associação, um encontro debaixo de uma árvore, uma roda de conversa na praça pública. A ideia é culminar na cultura do encontro, as pessoas se encontrarem para debater e construir projetos." Essa proposta não tem um cunho confessional religioso. Qualquer pessoa, com ou sem filiação religiosa, pode integrar às Casas e participar ativamente dos projetos.

Agroecologias: jeito diferente e revolucionário de cultivar

Diante das novas economias, a agroecologia é um forte princípio. Porém, Vivian Delfino Motta, pesquisadora e professora do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) da cidade de São Roque (SP), defende o uso do termo no plural, enfatizando a diversidade de práticas agroecológicas.

Segundo Vivian, que integra o Núcleo de Estudos em Gênero, Raça e Agroecologias (NEGRAS), a expressão agroecologia, “por mais nova e recente que pareça, na verdade está constituída de uma cultura, um arcabouço de conhecimento que é ancestral, quiçá milenar.” Para ela, essa palavra é, na verdade, um roubo epistemológico de diversos saberes e práticas populares, tradicionais, originárias, de relação com o território e seus recursos.

Apesar da crítica, a pesquisadora entende que o termo não deve ser abandonado, pois congrega a pluralidade de experiências com várias denominações e se popularizou, já tendo se tornado, inclusive, uma política pública. Mas como dito, deve ser pluralizado.

Nesse sentido, ela afirma que o que conhecemos hoje como agroecologia deve servir de reparação histórica aos povos, e para que isso se materialize é preciso “uma transformação social a partir da centralidade do território, da água e da comida” com uma perspectiva intrinsecamente racializada.

Durante sua trajetória, Vivian participou de inúmeras experiências agroecológicas, como é o exemplo do projeto Flores de Ximenes, do assentamento Ximenes, localizado na cidade de Barreiros (PE).





Essa comunidade originalmente vivia em Cabo de Santo Agostinho, cidade litorânea de Pernambuco, e teve seu território desapropriado para a construção do Porto de Suape. As famílias migraram, passando a viver em Barreiros, na Mata Sul pernambucana, região de intensa produção de monocultura de açúcar e que, por isso, tem um solo fragilizado, pouco fértil. As mulheres que antes viviam da produção de frutas, especialmente do cajá, estavam passando fome na nova localidade.

Em parceria com o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) de Barreiros, onde Vivian atuava na época, elas começaram a estudar e desenvolver práticas agroecológicas, como sistemas agroflorestais, que transformaram o assentamento. De forma auto-organizada, conseguiram voltar a produzir e comercializar frutas e, mais recentemente, passaram a produzir mel, garantindo a subsistência da comunidade de forma sustentável, integrada à natureza.

No momento, Vivian tem se envolvido, a partir do NEGRAS, em parceria com o Movimento Negro Unificado (MNU), em ações realizadas em Taboão da Serra e Carapicuíba, na região metropolitana de São Paulo, para produção de comida a partir do cultivo de alimentos em pequenos espaços. “A ideia é que cada casa tenha o seu quintalzinho produtivo, quer seja de garrafa PET, em vaso ou, se tiver, terreno”, afirma a professora.

A perspectiva desse projeto é resgatar a historicidade desses territórios, recuperando as práticas antigas, como o consumo de plantas hoje chamadas de PANCS – Plantas Alimentícias Não Convencionais, ditas não convencionais, mas comuns na alimentação dos mais antigos. Em suas experiências, Vivian demonstra que as novas economias são, nada mais do que, a volta às práticas comunitárias ancestrais.




Fique por dentro

- Leia os 10 Princípios da Economia de Francisco e Clara: bit.ly/RCC_07_55 
- Assista ao documentário *As Flores de Ximenes*: bit.ly/RCC_07_56 
- Conheça o livro *Realmar a Economia – A Economia de Francisco e Clara*: bit.ly/RCC_07_57 
- Veja o documentário *Antes do prato*, do Greenpeace: bit.ly/RCC_07_58 



A terceira edição da Revista Casa Comum foi dedicada a refletir e apresentar diversas iniciativas sobre economias transformadas. São reportagens, entrevistas e experiências práticas que têm colaborado para a construção de outros mundos possíveis. Confira a edição na íntegra: bit.ly/CasaComum_3ed

Você pode acessar, também, diretamente algumas matérias:

- Há espaço para uma nova economia brasileira? bit.ly/RCC_3_Destaque 
- Economias transformadoras: outras formas de produzir e acessar bens bit.ly/RCC_3_AgendaDePressao 
- Iniciativas de economia solidária: construindo outros mundos possíveis bit.ly/RCC_3_NaPratica 

EM PERSPECTIVA

NOVOS IMAGINÁRIOS POLÍTICOS PARA UM MUNDO EM CATÁSTROFE: APRENDIZADOS A PARTIR DOS FEMINISMOS ECOTERRITORIAIS DA AMÉRICA LATINA

Por Lúgia Amoroso Galbiati*



2ª Marcha das Mulheres Indígenas, em Brasília, em 2021. Foto: Lúgia Amoroso Galbiati

As discussões climáticas ficaram muito tempo restritas ao espaço científico. A percepção de que algo estava mudando na atmosfera dependia de aparatos tecnológicos e matemáticos. Tudo muito especulativo para o grande público, e pouco palpável na realidade.

Esse cenário está mudando, mais rápido do que os próprios cientistas previram com seus modelos matemáticos. Notícias de desastres relacionados às alterações do clima da Terra são cada vez mais comuns e as variações de temperatura, inusitadas e atípicas, estão colocando em cena a emergência climática – ou “ebulição global”, de acordo com o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres.

Apesar de estarmos sentindo na pele os efeitos das mudanças do clima, no geral, não sabemos muito o que fazer com isso. O problema está delimitado como algo globalizado e desterritorializado, da ordem da ciência e de uma escala que parece ainda distante da nossa vida cotidiana, ainda que vivenciamos seus efeitos.

Esses acontecimentos vêm colocando à prova uma separação que é marcante da nossa sociedade moderna ocidental: a de que o ser humano está apartado da natureza, de que a civilização, em seu senso de superioridade, e o humano, com seu excepcionalismo, são capazes de domar a natureza e mantê-la sob controle e afastada, reclusa em espaços delimitados de manutenção para seu usufruto.

O desafio imposto pelas mudanças climáticas, portanto, é civilizacional. Precisamos pensar em novas formas de habitar esse mundo, formas-outras de nos compreender em um mundo que não existe de maneira apartada da natureza, mas sim inextricavelmente em relação a ela e como parte dela.

Proponho, então, que realizemos um exercício político-imaginativo a partir das perspectivas dos feminismos ecoterritoriais da América Latina, para que novos imaginários sobre esse mundo em catástrofe possam emergir.

O que chamo aqui de feminismos ecoterritoriais são movimentos de mulheres que há muitas décadas exercem um protagonismo nas lutas sociais e de direitos humanos da América Latina e que recentemente se somaram às lutas ambientais. A socióloga, escritora e professora, Maristella Svampa¹, assim os nomeia para enfatizar o vínculo desses movimentos com o giro ecoterritorial das lutas latino-americanas.

O giro ecoterritorial está vinculado ao agravamento do neoextrativismo nesses países, o que exacerbou conflitos socioambientais na região. Como contraparte desse processo, houve um aumento nos movimentos de luta e resistência, a partir de perspectivas contra-hegemônicas, que questionam a relação sociedade-capitalismo-natureza.

Novas linguagens para pensar as questões ambientais foram elaboradas a partir dos intercâmbios entre o discurso crítico ambientalista e as matrizes indígenas-comunitárias. O valor (não no sentido monetário, mas epistemológico) do território é redefinido e passa a ser central para pensar as problemáticas socioambientais da região. E nesse contexto, os aportes de movimentos feministas e de mulheres foram fundamentais².

Esses movimentos partem do entendimento de que só é possível enfrentar as injustiças ambientais a partir de um olhar sistêmico, que considera o entroncamento dos sistemas de opressão – de classe, raça, gênero, sexualidade – e que tenha como horizonte a subversão da lógica colonial, que hierarquiza os humanos, e humanos e não humanos.

A partir de suas lutas, elaboram noções teórico-práticas e um repertório político para defesa da água e dos territórios, por soberania alimentar e agroecologia, por soberania popular e energética, pela sustentabilidade da vida, pelo entrelaçamento e inseparabilidade entre corpos e territórios, pela necessidade de *sanación* (uma noção vinculada à ideia de saúde holística, que integra o material e o espiritual), pelos bem-viveres feministas.

Esses movimentos de mulheres e feministas criam espaços de re-existência e de resistência capazes de reelaborar de forma local e territorializada nosso entendimento sobre mudança climática. Aqui, não entendida mais como um processo apenas global, mas que aterrissa nos corpos e territórios de formas múltiplas e específicas. Entendem que a mudança do clima é na verdade um sintoma desse sistema-mundo colonial-racista-patriarcal, que opera na chave do desenvolvimento e do progresso como narrativa única e hegemônica de sociedade.

Ao compreender o mundo ocidental como um dos mundos possíveis, mas não o único, abre-se caminho para a elaboração de outras possibilidades de habitar este mundo, superando o catastrofismo paralisante que nos assola. Vivemos em um mundo de muitos mundos, que coexistem não pacificamente, mas onde esses mundos-outras continuam resistindo à hegemonia do mundo ocidental moderno. Que essas outras formas de existir, pautadas na ecodependência, na interdependência e em uma ética comunitária de cuidado, nos inspirem a cultivar espaços de resistência dentro de nós e nas nossas práticas políticas cotidianas.

“

Deixaremos mais uma vez claro que as nossas visões de mundo, modos de vida e resistências antigas e atuais são contrárias ao projeto capitalista, racista e patriarcal de morte. (...) Irá chamar-nos a cultivar irresistivelmente o amor, a harmonia, a vida, o respeito, a justiça, a bondade, a esperança, a liberdade, a paz, o equilíbrio, a dignidade, para parar as alterações climáticas, os saques, o neocolonialismo e a autodestruição. Avó do sol, avó da luz! Que venha o amanhecer, que venha o amanhecer! Com a força ancestral de Iselaca, Lempira, Mota e Etempica, as nossas vozes se elevam cheias de vida, justiça, dignidade, liberdade e paz.”

[tradução livre do espanhol]
(As revoluções de Berta, 2018, p. 247)³.

* **Lígia Amoroso Galbiati** é bióloga pela Universidade Estadual Paulista de Rio Claro (Unesp-Rio Claro), com mestrados em Zoologia, pela Unesp-Rio Claro, e em Conservação da Fauna, pela Universidade Federal de São Carlos (UFS-Car). Atualmente é doutoranda em Ambiente e Sociedade na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) pesquisando as interfaces entre gênero e mudanças climáticas, a partir de uma perspectiva da ecologia política feminista, estudos feministas da ciência e sociologia ambiental. Atua como facilitadora do Grupo de Trabalho em Gênero e Justiça Climática do Observatório do Clima.

(1) Svampa, Maristella. *Feminismos ecoterritoriales en América Latina. Entre la violencia patriarcal y extractivista y la interconexión con la naturaleza*. Documentos de Trabajo, nº 59 (2ª época), Madrid, Fundación Carolina, 2021. Disponível em: bit.ly/RCC_07_59

(2) Feminismos aqui tratado no plural pelo seu caráter múltiplo e diverso. Além disso, marco a existência de movimentos de mulheres que não se reivindicam enquanto feministas, apesar de existirem convergências com os movimentos feministas.

(3) Korol, Claudia. *Las revoluciones de Berta*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, América Libre, 2018. Disponível em: bit.ly/RCC_07_60

EM PERSPECTIVA

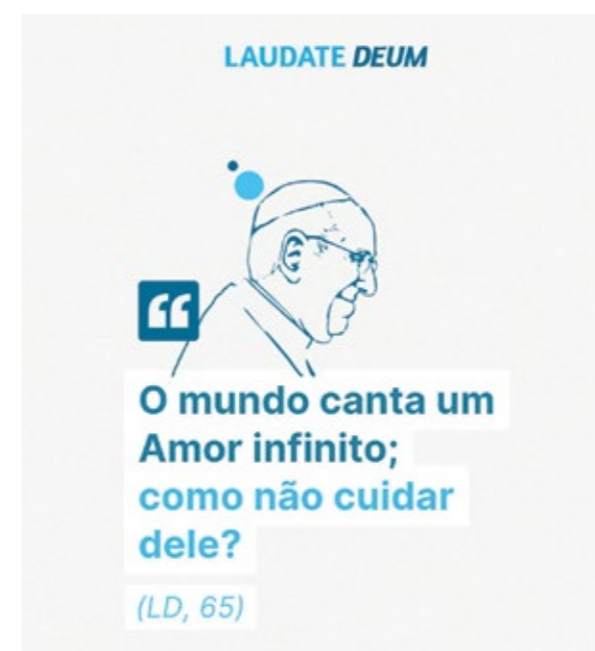
LAUDATE DEUM TRAZ À TONA A URGÊNCIA CLIMÁTICA E CONVOCA À AÇÃO POLÍTICA PELA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, PELO FIM DA CULTURA DO DESCARTE E POR RELAÇÕES MAIS JUSTAS

O imperativo do Papa Francisco é para que o ser humano se reposicione ao lado das demais criaturas para louvar a Deus na construção de um novo futuro comum.

Por Isabel Gnaccarini*

O ano de 2023 já foi considerado o mais quente da história da humanidade pelos meteorologistas do Serviço de Mudanças Climáticas Copernicus da União Europeia e da Organização Meteorológica Mundial (OMM). Não apenas anunciaram que as recentes ondas de calor, no hemisfério Norte, estavam entre as piores do último século, mas também que o *El Niño* impactou como nunca antes o hemisfério Sul. Os cientistas alertam para o ritmo cada vez mais acelerado das mudanças provocadas sobre o equilíbrio climático devido às transformações da própria sociedade sobre o meio natural: temos até 2030 para limitar o aquecimento global a menos de 1,5 grau Celsius, indicam os especialistas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). É urgente minimizar os efeitos do antropocentrismo sem freios.

Em paralelo, o Vaticano vem reforçando a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), seguindo par e passo o que rezam os especialistas e ativistas, com a vantagem de emprestar aos leigos e crentes seu enorme carisma e poder de capilaridade. Desde o lançamento da *Laudato si'* (Louvado Seja, em italiano medieval), a primeira encíclica católica voltada aos problemas ecológicos, às vésperas da Conferência do Clima das Nações Unidas (COP21) de 2015, em Paris, o movimento ambientalista globalizado vem sendo impulsionado pelas ações da imensa rede burocrática da Igreja.



Agora, ao aprofundar, dentre os tópicos, a questão climática, com a exortação apostólica, *Laudate Deum* (Louvai a Deus, em latim), lançada no dia 4 de outubro, não restam dúvidas de que a sinergia com um universo não necessariamente cristão traz para a Igreja os mais recentes achados da ciência. Dessa vez, o Papa Francisco se supera, iluminando os ensinamentos sobre as mudanças climáticas com surpreendente didatismo. Pregando contra o catastrofismo habitual sobre o fim do planeta, ele resgata a esperança que há na fraternidade e clama por mudanças no estilo de vida ocidental. A “conversão ecológica”, que valoriza boas relações entre as pessoas, com a natureza e com Deus, movimenta as juventudes cristãs, os cientistas, os políticos, os ateus e adeptos de outras religiões.

O texto de *Laudate Deum* (LD) focaliza as mudanças climáticas em seis capítulos, ao longo dos quais reforça que a emissão *per capita* da minoria composta pelos países mais ricos é muitas vezes superior à dos mais pobres, exemplificando que a África, que “alberga mais da metade das pessoas mais pobres do mundo, é responsável apenas por uma mínima parte das emissões no passado” (LD, 9). Daí o sentimento de injustiça climática, afinal, “os efeitos das alterações climáticas recaem sobre as pessoas mais vulneráveis” (LD, 3). Não por acaso, o primeiro anúncio de que estaria escrevendo uma continuação da *Laudato si’* foi feito pelo Papa em 22 de agosto a uma delegação de advogados de países membros do Conselho da Europa, quando falou sobre a justiça e as políticas públicas.

Portanto, para Francisco, é chegada a hora de admitir que, infelizmente, o modelo humano de civilização “tecnológica” não nos serve mais. “A origem humana – ‘antrópica’ – da mudança climática já não se pode pôr em dúvida” (LD, 11), escreve ele. Tendo em mente que o imperativo dessa crise ecológica é, portanto, cultural, o bispo de Roma faz um mergulho profundo nos mais recentes consensos da ciência climática, denotando a atual urgência humana. Já no primeiro capítulo, o Santo Padre sobe o tom em relação ao estilo mais literário da encíclica *Laudato si’*, e indica os perniciosos efeitos globais de um paradigma social que não tem a vida como cerne, voltando-se aos verdadeiros responsáveis desse problema comum. “*Laudate Deum*” é o título desta carta, porque um ser humano que pretenda tomar o lugar de Deus torna-se o pior perigo para si mesmo” (LD, 73).

Em uma mensagem oficial emitida pelo Dicastério do Desenvolvimento Humano Integral, o cardeal Michael Czerny também enfatiza que a exortação é centrada no drama humano em solucionar essa grave crise, e lembra que a *Laudate Deum* toma três dos seis capítulos para tratar do tema do multilateralismo entre os Estados, ou melhor, “das pobres tentativas diplomáticas de suas lideranças em cooperar” para sua resolução.

Se bem que a exortação seja expressamente direcionada “a todas as pessoas de boa vontade”, seu apelo final aos cristãos é para que procedam a “uma mudança generalizada do estilo de vida irresponsável ligado ao modelo ocidental” (LD, 72), acabando com a cultura do descarte, ainda que a longo prazo. Francisco pede às famílias que apoiem os ativistas ou tomem para si a missão de pressionar para que as indispensáveis decisões políticas sejam tomadas.

A transição energética é um dos apelos centrais da exortação, que dedica um capítulo à COP28. A Conferência acontece ainda este ano, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, terceira maior economia em exploração e comercialização de petróleo e gás natural entre os países do Oriente Médio.

Sem mais tempo a perder com a desinformação, dá sua derradeira aula sobre o planeta vivo. A *Laudate Deum* detalha o tema mais candente de nossa época, a urgência climática, e convoca à ação política pela transição energética, pelo fim da cultura do descarte e por relações mais justas. Mais do que uma continuação da *Laudato si’*, o texto em tela é um aprofundamento de seu objetivo de conversão ecológica. O imperativo de Francisco é para que o ser humano se reposicione ao lado das demais criaturas para louvar a Deus na construção de um novo futuro comum.

Acesse a *Laudate Deum* em: bit.ly/RCC_07_62

* **Isabel Gnaccarini** é jornalista e trabalha desde 1999 com a comunicação ambiental. Doutora pela Universidade de Campinas (Unicamp) com a tese “Articulações entre Ciência, Religião e Política: Afinidades Eletivas nas narrativas ecológicas da Encíclica *Laudato si’* e da Agenda ambiental da ONU”.



A nossa Casa Comum: um guia para cuidar do nosso planeta vivo

Da parceria entre climatologistas do *Stockholm Environment Institute*, da Suécia, e o Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral, do Vaticano, nasceu a cartilha *A nossa Casa Comum: um guia para cuidar do nosso planeta vivo*. A brochura resume os diálogos entre ecoteologia e ciência sobre as novas relações entre o ser humano e a natureza, fazendo paralelos entre pessoas e o planeta em risco. O guia convida a atitudes e ações. A publicação ilustra a relação das mudanças climáticas, a biodiversidade e o uso sustentável dos recursos com as mensagens da encíclica *Laudato si’*, do Papa Francisco, em uma grande concertação para pavimentar a ponte entre sociedade civil, religião e ciência.

Acesse: bit.ly/RCC_07_121

MOBILIZE-SE



Campanha “Cerrado e Caatinga, patrimônios do Brasil: riqueza presente, herança futura”. Foto: Jaqueline Evangelista

DE PETIÇÕES *ONLINE* AO VOLUNTARIADO; DA MATA ATLÂNTICA À AMAZÔNIA. CONHEÇA CAUSAS PARA SE ENGAJAR

Para além de doações financeiras, organizações e movimentos sociais buscam pessoas para mergulhar no cotidiano de suas práticas socioambientais.

“Não se faz nada sozinho ou sozinha”. Esse ditado pode representar bem o trabalho e a missão de organizações não governamentais, movimentos sociais, coletivos e grupos que atuam no campo socioambiental. Desde uma petição *online* pelo desmatamento zero até o plantio de mudas nativas, é necessário a força e a colaboração de muitas mãos para alcançar resultados em prol do nosso planeta.

Há anos, a Agenda 21, documento elaborado durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, já expressava a importância da participação de todos os cidadãos e cidadãs para tratar dos assuntos socioambientais. O capítulo 28 da publicação descreve como essenciais a educação e a mobilização social para a construção conjunta de estratégias de conservação e de sustentabilidade. Confira algumas possibilidades de atuação:

Por Elvis Marques

Campanha Amazônia de Pé. Foto: Divulgação



Articulações e coalizões da sociedade civil em proteção de biomas e clima

Amazônia de Pé

É um movimento nacional pela proteção das florestas e dos povos da Amazônia, que reúne centenas de organizações e milhares de ativistas mobilizados em todas as regiões do país. A iniciativa visa apresentar ao Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL) Amazônia de Pé, de origem popular, para garantir a vida das florestas públicas da Amazônia, a partir do olhar de quem mais a protege: os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e pequenos extrativistas. As pessoas podem participar do movimento ao assinar e divulgar a proposta de lei, além de mobilizar campanhas virtuais e presenciais.

>> Conheça: amazoniadepe.org.br

Campanha Nacional em Defesa do Cerrado

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 504/2010 visa à inclusão dos biomas Cerrado e Caatinga no artigo 225, parágrafo 4º, da Constituição Federal de 1988, que reconhece a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira como patrimônio nacional. Uma petição virtual organizada pela Campanha Nacional em Defesa do Cerrado e a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) recolhe assinaturas no intuito de enviá-las à Câmara dos Deputados para exigir o reconhecimento dos biomas como patrimônios nacionais.

>> Participe: change.org/aprovapec504

Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental (FMCJS)

É uma articulação de entidades, pastorais e movimentos sociais que atuam em rede no intuito de gerar consciência crítica em relação a tudo que causa o aquecimento da Terra e torna mais perigosas as mudanças climáticas, de modo especial para os povos, comunidades e pessoas que o capitalismo joga na marginalização e na miséria. O FMCJS oferece, por meio de uma plataforma *online*, diversos cursos, no intuito de democratizar o conhecimento socioambiental.

>> Veja como participar: fmclimaticas.org.br

Iniciativa Inter-Religiosa pelas Florestas Tropicais

É uma aliança internacional, multi-religiosa, com objetivo de unir a força espiritual das religiões aos esforços globais para acabar com o desmatamento das florestas tropicais. A iniciativa atua junto aos povos indígenas, governos, sociedade civil e empresas em ações que protejam as florestas e salvaguardem aqueles que servem como seus guardiões. Dentre as ações previstas estão aumentar a conscientização pública sobre a crise global do desmatamento; facilitar a aprendizagem de líderes religiosos e espirituais sobre o assunto com dados científicos; e construir novas coalizões em busca de um compromisso global com ações locais em países com florestas tropicais.

>> Saiba como participar dos núcleos da iniciativa nos estados brasileiros: iribrasil.org

U-Report Brasil

É um programa global concebido pelo escritório de inovação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) que, por meio das redes sociais, promove a participação cidadã de adolescentes e jovens em todo o mundo. Enquetes realizadas por meio de um *chatbot*, robô programado para interagir no WhatsApp, Telegram e Facebook, adolescentes e jovens podem opinar sobre múltiplos assuntos e acessar recursos educativos sobre temas relacionados aos direitos das juventudes.

Os resultados de uma pesquisa global recente, intitulada *Vozes da Mudança*, sobre o meio ambiente, devem permear discussões na próxima Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP28, a ser realizada entre os dias 30 de novembro e 12 de dezembro de 2023, em Dubai.

>> Saiba como fazer parte: brasil.ureport.in

Concertação pela Amazônia

É uma rede apartidária que reúne mais de 400 líderes, entre representantes dos setores público e privado, academia, sociedade civil e imprensa, que se juntaram para buscar caminhos de desenvolvimento e ações concretas para a floresta e as pessoas que vivem na região. São realizados encontros temáticos com participação de especialistas e representantes de diferentes setores, assim como Grupos de Trabalho que se reúnem para debater e produzir conhecimento sobre temas específicos.

Qualquer pessoa que queira contribuir com o debate sobre a Amazônia pode participar.

>> Acesse o *site* e participe: concertacaoamazonia.com.br

Conheça outras coalizões e articulações socioambientais:

- Articulação Agro é fogo: agroefogo.org.br
- Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura: coalizaobr.com.br
- Coalizão Clima e Ar Limpo: cccoalition.org

Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas). Foto: ASA Brasil



Movimentos sociais e organizações nacionais e regionais

Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)

É uma rede que defende, propaga e coloca em prática, inclusive por meio de políticas públicas, o projeto político da convivência com o Semiárido. São mais de três mil organizações da sociedade civil que compõem a articulação, como sindicatos rurais, associações de

agricultores e agricultoras, cooperativas, ONGs e outras. A ASA Brasil atua nos dez estados onde o Semiárido está presente.

Até hoje, mais de 1 milhão de cisternas já foram construídas por todo o Nordeste e norte de Minas Gerais. É possível contribuir com a ampliação do projeto e do número de cisternas com doações financeiras ou por meio da conta de água.

>> Veja como contribuir e conheça a iniciativa: tenhosede.org.br

Engajamundo

A rede de jovens acredita que se mudar nós mesmos e o nosso entorno, e nos engajarmos politicamente, podemos transformar as realidades. Uma das formas de participação voluntária da organização é por meio dos grupos temáticos de trabalho, como: biodiversidade, clima, gênero e cidades e comunidades sustentáveis. Os voluntários e voluntárias se reúnem virtualmente para discutir e planejar ações e campanhas sobre cada uma das temáticas. Há ainda os núcleos locais em diversas cidades do país, onde as pessoas podem se reunir e colocar a mão na massa.

>> Saiba como fazer parte em: engajamundo.org/pt/

Fundação SOS Mata Atlântica

A Mata Atlântica está presente em cerca de 15% do território brasileiro, com abrangência de 17 estados. A Fundação SOS Mata Atlântica, com mais de três décadas de atuação, já apoiou a criação de mais de 500 Unidades de Conservação (UCs) em áreas de floresta, de costa e de mar. As UCs são protegidas por lei, o que contribui para resguardar o patrimônio natural, fauna e flora, e sociocultural. Para apoiar a causa, a organização convoca "defensores digitais", para que contribuam com a divulgação e o alcance das pautas da Mata Atlântica.

>> Veja como participar: sosma.org.br

Greenpeace

Presente no Brasil há mais de 30 anos, atualmente o Greenpeace mobiliza a sociedade para apoiar uma carta contra os incêndios criminosos na Floresta Amazônica. O documento já conta com milhares de assinaturas, e é destinado aos governadores dos estados dessa região para que tomem medidas efetivas. Outra ação vigente foca nos governantes mundiais: a mineração em águas profundas.

>> Veja como assinar os abaixo-assinados e se voluntariar: greenpeace.org/brasil

Instituto SOS Pantanal

Atua na conservação do bioma com a promoção e o aprimoramento de políticas públicas, a divulgação de conhecimento e o desenvolvimento de projetos para o uso sustentável do ecossistema. Com o lema "conhecer para preservar", a organização dispõe de diversas formas para a população contribuir financeiramente para a restauração da vegetação nativa ou apoiar grupos como da brigada de combate a incêndios na região. Outra ação é uma petição direcionada ao governo do Mato Grosso do Sul contra o monocultivo de soja no Pantanal.

>> Conheça a iniciativa: sospantanal.org.br

Movimento Escazú Brasil

Visa promover a democracia ambiental e proteger os defensores e as defensoras ambientais no Brasil, América Latina e Caribe. O Acordo de Escazú foi ratificado por 15 países da região em 2021. O governo brasileiro ainda não ratificou o Acordo. A iniciativa é inédita no mundo, uma vez que trata de obrigações específicas de proteção às pessoas que lutam e defendem o meio ambiente. Dentre os objetivos de articulação do Escazú Brasil estão os de sensibilização da população sobre a importância da ratificação do acordo; e a incidência junto ao Executivo e ao Congresso Nacional para a ratificação e a implementação do Acordo de Escazú.

>> Entenda mais e participe: escazubrasil.org.br

Foto: Leandro Cagiano



Jornalismo socioambiental e climático

A comunicação é uma estratégia fundamental para as ações de engajamento social em prol do meio ambiente. Há diversas iniciativas que almejam, especialmente, a difusão de dados científicos e de denúncias relacionadas ao campo socioambiental, assim como a publicação de pesquisas, reportagens e histórias sobre a temática. Conheça alguns portais ou perfis nas redes sociais que contribuem para esse debate:

Conheça e acompanhe outros movimentos e organizações engajados na pauta socioambiental:

- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB): apiboficial.org
- Centro Brasil no Clima: centrobrasilnoclima.org
- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB): coiab.org.br
- Comissão Pastoral da Terra (CPT): cptnacional.org.br
- Instituto Clima e Sociedade (iCS): climaesociedade.org
- Instituto Socioambiental (ISA): socioambiental.org
- Movimento de Atingidos por Barragens (MAB): mab.org.br
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): mst.org.br
- Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB): miqcb.org
- Observatório do Clima: oc.eco.br
- Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM): repam.org.br
- Rede Cerrado: redecerrado.org.br

- Amazônia Real: amazoniareal.com.br
- A Lente: alente.com.br
- Boletim Mundo Amazônia: sefras.org.br/trabalho-socioambiental
- Casa Ninja Amazônia: casaninjaamazonia.org
- Clima Info: climainfo.org.br
- De olho nos ruralistas: deolhonosruralistas.com.br
- Ecodebate: ecodebate.com.br
- Infoamazonia: infoamazonia.org
- O Joio e o Trigo: ojoioetrigo.com.br
- O Varadouro: ovaradouro.com.br
- O Eco: oeco.org.br
- Página 22: pagina22.com.br
- Repórter Brasil: reporterbrasil.org.br
- Sumaúma: sumauma.com
- Verdes Marias: verdesmarias.eco.br
- Um grau e meio (news do IPAM): ipam.org.br/pt

AGENDA DE PRESSÃO



Indígenas realocados para a região da Serra da Mantiqueira trabalham para recuperar a terra. Santa Rita de Caldas (MG). Foto: Leandro Cagiano

LEGISLAÇÕES QUE TRAMITAM NO CONGRESSO EXPÕEM INTERESSES POLÍTICOS E ECONÔMICOS E REGEM CONTRA AS NOVAS FORMAS DE SER E ESTAR NO MUNDO

Por Ana Luisa Alvarenga, Bruna Gama, Samuel Henrique Carioca, Gabriel Santos e Cecília Oliveira da Pulso Público

Marco Temporal e os interesses em torno dessa agenda

Os povos tradicionais, entre eles as populações indígenas, constituem apenas 5% da população mundial, no entanto, são gestores fundamentais do meio ambiente. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), 28% da superfície terrestre do planeta, incluindo algumas das áreas florestais mais ecologicamente intactas e biodiversas, é gerenciada principalmente por povos indígenas, que contribuem na conservação do estoque de carbono existente nas florestas e servindo como uma barreira para o desmatamento.

Porém, as comunidades indígenas sofrem com a pressão daqueles que reivindicam a redução de seus territórios. Recentemente, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu rejeitar a tese do Marco Temporal para demarcação das terras indígenas, descartando o entendimento de que comunidades originárias só podem reivindicar terras já ocupadas em 1988.

A decisão do STF, consequentemente, descredibiliza o PL 2.903/2023, que dispõe sobre a mesma questão. Como resposta, representantes das Frentes Parlamentares da Segurança Pública e da Agropecuária (FPA) defendem uma reação do Congresso e apresentaram a PEC 48/2023, para que a decisão do STF perca efeito.



Saiba quais são as propostas:

- PL 2.903/2023: bit.ly/RCC_07_94
- PEC 48/2023: bit.ly/RCC_07_95
- Recurso Extraordinário 1.017.365 (tese jurídica do Marco Temporal): bit.ly/RCC_07_96



Fique por dentro do tema:

- O que é marco temporal e quais são os argumentos favoráveis e contrários: bit.ly/RCC_07_97
- Bancada ruralista se reúne por ofensiva contra decisão do STF sobre marco temporal: bit.ly/RCC_07_98
- CCJ adia votação do marco temporal para demarcação de terras indígenas: bit.ly/RCC_07_99
- Uma combinação nefasta – PL 490 e Marco Temporal ameaçam os direitos territoriais indígenas e colocam em risco a segurança climática da Amazônia e do país: bit.ly/RCC_07_100

Impacto dos agrotóxicos e o debate desse tema nas legislações

A discussão sobre agrotóxicos no Legislativo é pauta que se estende há décadas, representada no Congresso pela bancada ruralista (nesse caso, também chamada de "bancada do câncer"). O exemplo mais importante é o PL 1.459/2022, que está na Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado. O projeto, apresentado em 1999 pelo ex-senador Blairo Maggi, ficou por 20 anos na Câmara, foi aprovado no ano passado com significativas alterações e agora avança novamente no Senado.

O senador Fabiano Contarato (PT-ES) relata a matéria na Comissão, a última na qual será deliberado antes do Plenário, e apresentou relatório que busca, em alguma medida, preservar a atuação de órgãos indispensáveis no processo de registro e aprovação, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Um ponto importante é a questão da anuência tácita, que possibilita registro e comercialização de produtos não avaliados pelos órgãos devidos, e que foi suprimido no relatório de Contarato.

O PL traz dispositivos preocupantes para saúde e meio ambiente, como passar a chamar agrotóxico de "pesticida", uma tentativa de mascarar e encobrir a nocividade amplamente conhecida dessas substâncias; transferir o

poder decisório de aprovação de um novo agrotóxico para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, praticamente excluindo do processo de aprovação o Ministério do Meio Ambiente e a Anvisa, responsáveis pelos pontos mais importantes em jogo: saúde e meio ambiente; permitir a aprovação de agrotóxicos com potencial cancerígeno; entre outros.

O PL tem várias manifestações contrárias, por exemplo, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), do Ministério Público, da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e do Instituto Nacional de Câncer. É fundamental que o texto acordado e aprovado assegure o papel da Anvisa e do Ibama, a fim de reduzir os possíveis e previstos danos que representa.



Saiba quais são as propostas:

- PL 1.459/2022: bit.ly/CasaComum_E4_27
- PL 3.668/2021 (Bioinsumos): bit.ly/RCC_07_102
- PL 4.356/2021: bit.ly/RCC_07_103
- PL 494/2022: bit.ly/RCC_07_104



Fique por dentro do tema:

- Site oficial da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida: bit.ly/RCC_07_105
- Senador Contarato apresenta parecer sobre o "Pacote do Veneno" na Comissão de Meio Ambiente: bit.ly/RCC_07_106
- PL dos agrotóxicos – ou do veneno – deve abrir temporada de grandes debates ambientais no Senado: bit.ly/RCC_07_107
- Notas de órgãos públicos e organizações da sociedade civil contrárias ao projeto: bit.ly/RCC_07_108

Nova Lei de Licenciamento e o lobby no Congresso Nacional

O Projeto de Lei (PL) 2.159/2021, conhecido como "Lei Geral do Licenciamento Ambiental", pode entrar em pauta a qualquer momento nas Comissões de Meio Ambiente (CMA), e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado, com relatoria do senador Confúcio Moura (MDB-RO), e da senadora Teresa Cristina (PP-MS), respectivamente. O texto é de grande interesse para a bancada ruralista e tramita conjuntamente nas duas comissões.

O PL já passou pela Câmara e, se aprovado com alterações, voltará para análise da casa, e se for aprovado sem alterações, seguirá para sanção presidencial. O governo demonstrou interesse em aproveitar o projeto para acelerar

as licenças de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O projeto propõe a flexibilização das normas de licenciamento ambiental, levantando preocupações sobre a segurança jurídica e riscos socioambientais para empreendimentos que dependem desse instrumento. Entre os pontos de maior destaque do projeto, merecem atenção a isenção de licença e de estudos de impacto socioambiental para 13 tipos de empreendimentos, incluindo a agricultura e pecuária extensiva, o autolicensing por meio da Licença por Adesão e Compromisso (LAC) e os prazos restritos a 10 meses para obras de grande complexidade como hidrelétricas.



Saiba quais são as propostas:

- PL 2.159/2021: bit.ly/RCC_07_109



Fique por dentro do tema:

- Riscos do novo PL do Licenciamento Ambiental: bit.ly/RCC_07_110
- Governo quer acelerar licenças ambientais: bit.ly/RCC_07_111

Suprema Corte, de forma unânime, reafirmou entendimento sobre reforma agrária

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) utilizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3.865 para contestar dispositivos da Lei 8.629/1993, conhecida como Lei da Reforma Agrária. A CNA argumentou que a exigência simultânea de critérios de produtividade e de função social era inconstitucional.

Entretanto, o Supremo Tribunal Federal (STF) reiterou o que já está previsto nos artigos 184 a 186 da Constituição, que autoriza a desapropriação por interesse social de propriedades rurais que "não estejam cumprindo sua função social". O ministro Edson Fachin, em seu voto pela improcedência, explicou que é o uso adequado sob uma perspectiva social que legitima a propriedade.

Em resumo, não há inconstitucionalidade na Lei ou em sua interpretação que permite a desapropriação de terras rurais. Portanto, o entendimento do colegiado não apenas rejeita a contestação, como também estabelece, de maneira mais clara, que a função social da propriedade rural é atendida quando a terra é usada de forma racional, preserva os recursos naturais e cumpre a legislação prevista.

Mercado de carbono e o atual governo

O Projeto de Lei (PL) 412/2022, que regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), tramita de forma terminativa na Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, sob relatoria da senadora Leila Barros (PDT-DF). Em seguida, a proposição vai à Câmara dos Deputados.

A matéria tem sido a nova referência na discussão sobre mercado de carbono. O substitutivo defendido pela relatora possui o apoio do novo governo e foi debatido com diversos setores da sociedade civil por audiências públicas. O governo revogou o Decreto 11.075/2022, discutiu via Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima e enviou sugestões ao texto do Senado.

Na Câmara, o PL 2.148/2015, sob relatoria da deputada Carla Zambelli (PL-SP), foi a matéria protagonista no último governo e acabou perdendo força. A corrida parlamentar é pela relatoria do texto e protagonismo advindo do Senado.



Saiba quais são as propostas:

- PL 528/2021: bit.ly/CasaComum_E3_35
- PL 2.148/2015: bit.ly/CasaComum_E3_56
- PL 3.606/2021: bit.ly/CasaComum_E1_19
- PL 412/2022: bit.ly/CasaComum_E1_20



Fique por dentro do tema:

- Posicionamento do Setor Empresarial: encurtador.com.br/egkB3
- Posicionamento da Indústria: bit.ly/RCC_07_113
- Posicionamento da Sociedade Civil: bit.ly/CasaComum_E1_23

Confira outras edições da Agenda de Pressão, produzidas pela Revista Casa Comum, que abordam leis e normas no campo socioambiental:

- Avanços para a educação e retrocessos no campo ambiental: bit.ly/CasaComum_E3_33
- Projetos de lei que ameaçam direitos dos povos originários: bit.ly/RCC_07_114
- Terras indígenas e direitos dos povos originários: bit.ly/RCC_07_123

CIDADANIA DIGITAL

FAKE NEWS TAMBÉM DESTROEM O MEIO AMBIENTE

Por Ângela Paula Gouveia*

Certamente você já ouviu falar de *fake news*, neologismo usado para nos referirmos a notícias falsas. A partir do ano 2016, com o uso maciço e intencional desse recurso no campo político, o conceito se tornou onipresente e começou a fazer parte do nosso cotidiano.

O termo *fake news* originou-se nos meios tradicionais de comunicação, mas se difundiu sobretudo na mídia *online*, encontrando terreno fértil nas redes sociais como Facebook e WhatsApp. Trata-se de publicações com conteúdo falso, que viralizam nas redes digitais, imitam o jornalismo, com verossimilhança, sem fonte ou produtor claro.

Podemos dividi-las em, pelo menos, sete tipos (sátira ou paródia, falsa conexão, conteúdo enganoso, contexto falso, conteúdo impostor, conteúdo manipulado e conteúdo fabricado). Mas, importante mesmo, é saber que carregam sempre uma intenção e um propósito bem determinados, normalmente de teor político, econômico ou ideológico. E aqui chegamos ao tema proposto para nosso artigo: as *fake news* interferem no meio ambiente. Por que existem tantas notícias falsas ligadas ao clima, às florestas, aos mares, ao aquecimento global e assim por diante? Quais são os interesses por trás dessa “desinformação”? Por que elas se propagam tão rapidamente?

A cultura digital nos possibilitou o acesso à informação como nunca antes na história da humanidade. Ao mesmo tempo, hoje somos dominados pela falta de informação. Que contradição! Embora tenha aumentado a democratização do jornalismo, notamos um aumento significativo da manipulação de dados e fatos. Nessa onda, o ambiente também sofre, pois, como insiste o Papa Francisco, na sua encíclica *Laudato si'*, sobre o cuidado da Casa Comum: “Tudo está interligado” (LS 91), tudo está conectado.

Hoje, os fatos pouco ou nada representam, diante da facilidade com que podem ser manipulados ou alterados. O avanço da inteligência artificial potencializa ainda mais tais manipulações. Já foi o tempo em que não se argumentava contra fatos. Atualmente, se questiona até mesmo a eficácia de vacinas, evolução que levou séculos de trabalho, ou ainda o fato de o planeta ser uma esfera e estar ligado a outros astros em um sistema solar, só para citar alguns dos maiores absurdos. Questiona-se tudo, ao mesmo tempo em que se acredita em tudo, concretizando as previsões de Hanna Arendt – filósofa política alemã de origem judaica,

uma das mais influentes do século XX – em referência ao Estado totalitarista que conduz à massificação das mentes.

A verificação de fatos não é suficiente quando as pessoas buscam apenas confirmar seus anseios ou opiniões. De fato, a grande propagação de *fake news* se deve a elas parecerem mais “bonitas” e “agradáveis” do que a verdade. Exemplo disso são as inúmeras inverdades sobre o aquecimento global, o desmatamento, a mudança climática planetária, a desertificação etc. As tragédias presenciadas na região Sul do Brasil este ano, apenas para citar um exemplo, não são vistas como indícios de uma verdade, mas simplesmente como “acaso”. Não são reconhecidos os interesses políticos e econômicos que se sobrepõem aos efetivos impactos socioambientais.

O Observatório do Clima (OC), rede composta por diversas organizações não governamentais e movimentos sociais, lançou recentemente o site **Fakebook.eco – combatendo a desinformação ambiental** que tem como objetivo combater a desinformação, sistematizar a educação ambiental e evidenciar as distorções e os mal-entendidos que rondam esse debate no Brasil. A plataforma procura trazer esclarecimentos sobre os principais mitos quando o assunto é meio ambiente, além de verificar o discurso de autoridades públicas e notícias falsas que circulam pelas redes.

Dentre as diversas seções, encontramos a área “verificamos”, com confirmação ou não de declarações dadas por autoridades referentes ao meio ambiente; e a seção “mitos x fatos”, que expõe as *fake news* mais comuns sobre clima, florestas, regulação e uso de terras.

Para uma consistente cidadania digital, enfim, cada um de nós deve se empenhar na identificação e exposição das *fake news*. Seguindo esses simples passos, todos poderemos contribuir: leia além do título, cheque os autores, procure fontes de apoio, cheque a data da publicação, questione se é uma piada, revise seus preconceitos e consulte especialistas.

>> Acesse a plataforma digital: bit.ly/RCC_07_92

* **Ângela Paula Gouveia** é formada em Gestão Ambiental pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Atuou no projeto social Estrela em Ação, da escola de samba Estrela do Terceiro Milênio, e na criação e desenvolvimento de projetos da Erê Lab, empresa focada em recuperar e fortalecer o senso de cidadania por meio de brinquedos em espaços públicos urbanos. Atualmente dedica-se sobretudo à proteção dos animais.

RETRATO BRASIL



O boto-cinza e o pescador se beneficiam um do outro. A antiga armadilha de pesca serve de barreira para essa espécie de golfinho encurralar o cardume. Parte dos peixes que conseguem fugir acaba caindo dentro da armadilha. Uma relação positiva entre homem e animal. Cananéia (SP).

A FOTOGRAFIA E A RELAÇÃO HUMANA COM A NATUREZA

Por Leandro Cagiano*

A partir da minha intensa paixão pela natureza e pela vida selvagem, venho me dedicando a colecionar imagens que não apenas retratam a beleza, mas também refletem as ações da humanidade em nosso planeta, seja de maneira direta ou indireta. Como um momento único de um caçador de polvos tirando seu sustento da água sem prejudicar o ambiente, o movimento uniforme dos golfinhos livres na natureza, o incêndio histórico do Pantanal ou, ainda, uma tartaruga juvenil morta prematuramente por ingestão de lixo.

Minha busca não se resume à captura das imagens, pois elas representam um encontro. O que eu verdadeiramente procuro é por pessoas desatentas aos gestos aparentemente inofensivos, muitas vezes inocentes, mas que se refletem na dor e na angústia de outros seres vivos tão distantes dos nossos olhos. Esses seres que sofrem as consequências do consumo desenfreado que adoce o planeta. Minha dedicação consiste em criar um vínculo entre mundos díspares, transportando cada um para os encantos dos confins do sertão, para os labirintos de uma floresta, para o alto de uma montanha ou logo ali, à beira do mar, conectando pessoas e histórias. Sem espectador, a fotografia não tem por que existir.

Acredito que o ser humano só é verdadeiramente capaz de cuidar de algo com o qual se envolva emocionalmente. Portanto, por meio da fotografia, convido todas e todos a refletirem sobre o impacto de nossas ações diárias mais simples, pensando em como nossa cadeia de consumo afeta vidas tão distantes. Assim, direcionaremos nossas atitudes de forma solidária e altruísta para um mundo em torno de um bem comum: a vida.

* **Leandro Cagiano** estudou desenho, ilustração, pintura a óleo e aquarela. Chegou a ingressar na faculdade de Biologia para trabalhar com conservação ambiental, mas logo percebeu que suas aptidões sempre estiveram nas áreas visuais, e o desejo de levar as histórias da natureza para um número maior de pessoas o levou para a fotografia, um meio de unir o mundo natural e a arte. Além de seu trabalho autoral, Leandro também colabora com organizações de conservação ambiental, passando por instituições como Greenpeace Brasil, Outward Bound Brasil, Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental (NEMA), Guardiões do Mar, The Nature Conservancy, entre outras.



Jorge Malaquias, antigo morador da Enseada da Baleia, volta ao local onde nasceu e cresceu. As casas foram engolidas pelo mar. Em 2017, a Ilha do Cardoso foi dividida ao meio pelo mar. Estudos apontam que o fenômeno é resultado da abertura do Varadouro, que liga o sul do estado de São Paulo com o Paraná. Na divisão da ilha, o mar engoliu todas as casas da comunidade. Ilha do Cardoso (SP).



Revoada de Guarás sobrevoando os manguezais maranhenses. Esse ecossistema é de extrema importância para a vida marinha. Grande parte dos animais marinhos se utilizam dos mangues em, pelo menos, uma fase da vida. Atins (MA).



Os Lençóis Maranhenses constituem o maior deserto úmido do planeta. Os ecossistemas de dunas funcionam como um grande reservatório de água. Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (MA).



O rastro do tímido Graxaim revela a timidez dessa espécie de raposa e a importância do litoral do Rio Grande do Sul como abrigo para uma diversidade de espécies locais ou migratórias. Dunas do Albardão, na Praia do Cassino (RS).



Rio Manicoré, na Floresta Amazônica. Ribeiros pleiteiam que a área onde vivem seja transformada em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Manicoré (AM).

Durante o incêndio de 2021 no Pantanal, o céu ficou tomado por fumaça por semanas. Poconé (MT).



Nos períodos das luas cheia e nova, a maré atinge seu ponto mais baixo, deixando expostos os corais, momento em que os caçadores de polvo aproveitam para buscar a iguaria apreciada pela população e pelos restaurantes da região. O mar é fonte de sustento de inúmeras pessoas que vivem na região costeira. Cumuruxatiba (BA).



Uma jovem tartaruga verde morta. A causa foi inanição por ingestão de lixo. O material se mistura à fonte de alimento ou pode ser confundido pelos animais. Ilha Comprida (SP).

CASA COMUM

www.revistacasacomum.com.br

     @RevistaCasaComum

Realização



Apoio



PAULUS
SOCIAL

